

pondente ao crédito especial, que se pretende autorizar, teria efeitos que seriam coberto com o aumento da despesa fixada para este exercício, vulnerando as disposições constitucionais supracitadas.

São estes os motivos que me levaram a negar sanção ao Projeto em causa, os quais ora submeto à Sua apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, em 5 de abril de 1968. — A. Costa e Silva.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NC\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos), destinado à regularização de despesas de pessoal da Fundação Brasil Central.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º E' o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de NC\$... 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros novos), destinado à regularização de despesas de pessoal da Fundação Brasil Central, já efetuadas e não incluídas no auxílio consignado no Orçamento para 1964.

Art. 2º A aplicação dos recursos de que trata o art. 1º será feita pela Fundação Brasil Central, a qual se obrigará a comprovar as despesas ao Tribunal de Contas da União, através do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Senado Federal, em 2 de março de 1968. — Gilberto Marinho, Presidente do Senado Federal.

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Agradecimento de comunicações referentes ao pronunciamento do Congresso sobre vetos presidenciais

Nº 111-68, (nº de origem 175-58) — de 8 do corrente mês, com referência ao voto ao Projeto de Lei nº 14-67 (C.N.), que dispõe sobre o efetivo do Corpo de Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira em tempo de paz — mantido o voto pelo Congresso;

Nº 112-68 (nº de origem 176-62) — de 8 do corrente mês, com referência ao voto ao Projeto de Lei nº 13-67 (C.N.), que cria a Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO) e dá outras providências — voto mantido pelo Congresso;

Nº 113-68 (nº de origem 177-68) — de 8 do corrente mês, com referência ao voto ao Projeto nº 16-67 (C.N.), que autoriza a instituição da "Fundação Nacional do Índio" e dá outras providências — voto mantido pelo Congresso.

OFÍCIO DO MINISTRO PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Encaminhamento de cópia de acórdão referente à inconstitucionalidade de Decreto-lei:

Nº 134, de 4 do corrente mês — com referência ao acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal nos autos da Petição de Habeas Corpus número 45.232, do Estado da Guanabara, declarando a inconstitucionalidade, em parte, do art. 48 do Decreto lei nº 814, de 13 de março de 1967.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — A Presidência recebeu resposta ao seguinte Requerimento de Informações:

Nº 6-68, de autoria do Senador Arthur Virgílio, encaminhada pelo Ministro das Relações Exteriores (Aviso nº G.DAM/11.550, de 5.4.68).

EXPEDIENTE

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL

ALEERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL SEÇÃO II

Expresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASÍLIA

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Como decorrência de entendimento com a Mesa da Câmara dos Deputados sobre a comunicação de 3 do corrente de Senhor Senador Pessôa de Queiroz, fica extinta a Comissão de que era Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, Requerimento de licença que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 330, de 1968

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do que dispõem o art. 38, § 1º, da Constituição e o art. 42 do Regimento Interno, licença para tratamento de saúde, pelo prazo de 125 (cento e vinte e cinco) dias, a partir de 5 de abril do corrente ano.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1968. — João Abrahão.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Por falta de quorum, o requerimento lido deixa de ser votado nesta oportunidade.

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Senador Eurico Rezende.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 331, de 1968

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal:

O Senador signatário, nos termos do regimento, depois de atendidas as formalidades pertinentes, vem requerer a transcrição nos Anais da Casa do discurso pronunciado pelo Exmo. Senhor Presidente Costa e Silva, na sede da Associação Brasileira de Imprensa, por ocasião das comemorações pelo transcurso do 60º aniversário de fundação da conceituada entidade.

Brasília, 9 de abril de 1968. — Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Figurei na Ordem do Dia da próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido e aprorado o seguinte:

Requerimento nº 332, de 1968

Nos termos do art. 212, alínea g, do Regimento Interno e de acordo com as tradições da Casa, requeiro não se realizem sessões do Senado nem haja expediente na sua Secretaria, nos dias 10, 11 e 12, por se tratar de dias santificados, da mais alta significação para os sentimentos do povo brasileiro.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1968. — Eurico Rezende — Arg'miro Figueiredo — Guido Muñoz — Adalberto Sena

O SR. AURÉLIO VIANNA:

(Para declaração de voto) — Desde que houve entendimento entre as lideranças da Câmara e do Senado sobre esse assunto, Sr. Presidente, eu não poderei votar a favor do requerimento.

Era minha declaração.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, requerimento de informações que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

E' lido o seguinte

Requerimento nº 333, de 1968

Brasília, 9 de abril de 1968.

Senhor Presidente do Senado Federal:

Requeiro a Nossa Excelência sejam solicitadas ao Poder Executivo, através dos Ministérios do Exército e dos Transportes, as informações abaixo:

a) Quando serão efetivamente iniciadas as obras de construção do trecho rodoviário entre Abunã (Rondônia) e Rio Branco (Acre)?

b) Segundo as previsões do Governo, quando é esperada a conclusão dessas obras ou, pelo menos, a fase a partir da qual o trânsito possa ser ensejado em condições satisfatórias?

c) Após a conclusão referida, está praticamente prevista, sem solução de continuidade, o prosseguimento do plano rodoviário com vistas à ligação da Capital do Acre com a cidade de Cruzeiro do Sul?

Justificação

Formulo o presente requerimento pelo desejo de atender a indicações a mim feitas por pessoas e grupos sociais do Acre, vivamente interessados em tais facilidades de transportes indispensáveis para o progresso da região e para a integração, em unidade de geo-econômica, dos dois vales constituintes daquele Estado.

Nesse particular, ninguém ali desconhece, nem subestima, os atuais esforços do Exército, mas as anteriores promessas do Governo justificam os receitos e a insatisfação dos acreanos, ao se desvanecerem as suas expectativas de realizações a prazo menos longo. E tanto mais indagam e reclamam quanto estão a ouvir freqüentemente notícias de inaugurações de trechos rodoviários neutros pontos do País, cujas condições lhes parecem muito menos dramáticas.

Sala das Sessões, em 9 de abril de 1968. — Adalberto Sena.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — O requerimento lido será publicado e, em seguida, despachado pela Presidência.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Sobre a mesa, comunicações que serão lidas pelo Sr. 1º Secretário.

São lidas as seguintes:

Brasília, 9 de abril de 1968.

Senhor Presidente:
Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei

do País, a partir de 16 do corrente mês, no desempenho de missão do Senado Federal.

Atenciosas saudações. — Aurélio Viana.

Brasília, 9 de abril de 1968.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência que me ausentarei do País dentro de poucos dias, a fim de, no desempenho de missão com que me distingui o Senado, participar de reunião da União Interparlamentar.

Atenciosas saudações. — Eurico Rezende.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Não há mais expediente a ser lido.

O SR. EURICO REZENDE:

Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Líder do Governo, Senador Eurico Rezende.

O SR. EURICO REZENDE:

(Como Líder — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, apenas algumas palavras, ditadas pelo devere e pelo prazer.

Vive hoje a Imprensa um dia de marcante significado, traduzida no discurso de mais um aniversário do "Jornal do Brasil".

É uma trajetória cifrada em 77 anos de atividades incessantes, de aperfeiçoamento contínuo, tanto na parte técnica quanto na parte de informação e da divulgação.

Para nós, principalmente, que somos a representação popular, datas dessa natureza e desse conteúdo repercutem, em nosso espírito e em nossa consciência, como uma certeza e consoladora de que a imprensa é um dos instrumentos vigorosos, senão mesmo imprescindíveis das instituições representativas. Sempre que, no curso de nossa História, se golpearam as instituições democráticas, a imprensa foi a primeira vítima, pelo cerceamento das suas franquias e das suas prerrogativas. E toda vez que se atentou contra a liberdade de imprensa, o Congresso Nacional e toda a imensa geografia parlamentar do País se transformaram na torre de ressonância dos mais justos e veementes protestos.

O "Jornal do Brasil" tem sido uma jornada de afirmação democrática, tem sido uma trincheira inabalável, intransponível no cumprimento da tarefa de servir ao regime político e, também, com a sua pertinacia, energia e firmeza, as grandes obras do nosso desenvolvimento cultural e econômico.

Com essas palavras, Sr. Presidente, e destacando que na jornada ciclopica e cívica do "Jornal do Brasil" atuaram a inteligência e o patriotismo de grandes vultos, dos maiores vultos do jornalismo brasileiro, como Rui Barbosa e o Conde Pereira Carneiro, desejo, em nome da bancada do Governo — e acredito que represento o pensamento unânime desta Casa — gravar nos Anais do Senado os nossos votos gratulatórios pelo auspicioso evento que hoje se comemora, que hoje se exalta e que hoje se celebra, de encontro com os ardentes votos para que aquele jornal, paladino da liberdade e do engrandecimento do Brasil, prossiga, sempre e sempre, em todas as ocasiões em quaisquer circunstâncias, na prestação do melhor serviço público. *Muito bem! Muito bem!*

O SR. PRESIDENTE:

(Gilberto Marinho) — Tem a palavra o Sr. Senador Aurélio Viana, como Líder do MDB.

Todo o País se encontra perplexo diante do ato praticado pelo Sr. Ministro da Justiça, que, através de portaria, fere a nosso ver princípios que a Constituição do Brasil estabelece. E, por isso, não podemos, Sr. Presidente, deixar de nos pronunciar, da dar nossa opinião sobre advertências atribuídas ao Deputado Federal Clóvis Stenzel, que, segundo jornais de responsabilidade, é porta-voz de militares políticos.

Qual é a advertência do Sr. Deputado Clóvis Stenzel, da ARENA do Rio Grande do Sul? A quem dirige sua fala? Qual o objetivo das suas palavras ameaçadoras? Adverte dos perigos que atravessa a Nação brasileira e que poderão culminar com a destruição do próprio sistema.

A democracia, para S. Ex^a, segundo estampa o "Correio da Manhã", de hoje, correrá o risco de cair, embora o Governo não deseje tal coisa, se o MDB encampar a pregação da Frente Ampla.

Não aceitamos advertências, principalmente de quem não tem autoridade para tanto!

O Sr. Eurico Rezende — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — O MDB tem a sua linha de independência programática que o País inteiro reconhece. A Frente Ampla tem uma linha de ação, dela própria, peculiar daquele movimento. Se não a hostilizamos, porém, não éramos hostilizados, mas havia independência completa de ação, tanto que a Frente Ampla não absorveu o MDE nem o MDB, partido político reconhecido por lei, registrado na Justiça Eleitoral, também, jamais absorverá a Frente Ampla.

Com grande prazer, dou o aparte a V. Ex^a.

O Sr. Eurico Rezende — Devo dizer a V. Ex^a, que não li, ainda, e, por via de consequência, obviamente, não interpretei as declarações do Sr. Deputado Clóvis Stenzel. Devo dizer que não acredito que o MDB vá operar em termos de bombo para a "Frente Ampla" nêle instalar o acampamento da subversão. Não acredito! A liderança do MDB tem-se comportado à altura do equilíbrio político que deve presidir as ações dos nossos homens públicos. Mas devo dizer que o Sr. Deputado Clóvis Stenzel tem autoridade para debater o assunto, como tem qualquer representante do povo. S. Ex^a, que é um jovem de grandes virtudes cívicas, e enobrecido por uma cultura apurada e enaltecidida, por um espírito público que ninguém lhe nega, tem a prerrogativa de participar do debate de todas as questões políticas. Qualquer representante do povo ou, melhor, qualquer cidadão, pode manifestar o seu ponto de vista e, no dorso dessa manifestação, expender suas apreensões em favor do regime democrático.

O SR. AURELIO VIANNA — Não lhe negamos o direito de debater. Não lhe negamos o direito de se pronunciar. O que lhe negamos é o direito de nos advertir, de nos ameaçar, como tivesse autoridade — e será que tem? — de aniquilar o MDB, de destruir o Movimento Democrático Brasileiro, de levá-lo ao silêncio, ao silêncio dos sepulcros, ao silêncio dos túmulos.

Nós não dissemos uma palavra, uma sequer, de restrições ao direito de o Deputado Clóvis Stenzel pronunciar-se neste País sobre qualquer assunto do seu interesse, particular ou público, mas não aceitamos provocações.

Não estamos negando o nosso passado e as nossas atitudes políticas e públicas, em face do ~~embate~~amento da Frente Ampla.

A nossa atitude de hoje foi a mesma atitude de ontem. Somos coerentes. O MDB jamais se filiou à Frente Ampla, e esta ao MDB. Nem a Frente Ampla era instrumento e agente do MDB, nem o Partido oposicionista é o fot da Frente Ampla.

O Sr. Argemiro de Figueiredo — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Todo o País conhece esse fato. Agora, o que não podemos é trair os Princípios que estão no nosso programa; o que não podemos é trair aqueles direitos que a Constituição, que não subscrevemos, garante ao homem e ao cidadão brasileiro — o direito de reunião pacífica, o direito de ir e vir, o direito de o homem e os grupos humanos proclamarem suas idéias, transmitindo-as ao povo brasileiro.

Isto é diferente!

Quando temos afirmado que somos contra a anarquia e a subversão, a afirmativa não vem d'água. Nasceu com o próprio Partido, com o próprio Movimento Democrático Brasileiro.

Com grande prazer, Senador Argemiro de Figueiredo!

O Sr. Argemiro de Figueiredo —

Senador Aurélio Vianna, estamos ouvindo com a devida atenção e respeito o discurso que V. Ex^a pronuncia, nessa tarde. V. Ex^a está bem certo de que suas palavras não representam um pensamento pessoal, mas, na verdade, interpretam bem o sentimento, o pensamento do nosso Partido. As palavras de V. Ex^a, são as palavras do MDB. Disse bem o nobre Colega ao declarar, com ênfase, que os homens do MDB não aceitam nem admitem ameaças. Se a intenção desse Deputado (a quem não tenho a honra de conhecer) foi modificar a ação do MDB, transmitindo ameaças ou fazendo, pela imprensa, ameaças em nome de seu Partido ou em nome do Governo, engana-se S. Ex^a. A nossa atitude tem sido de moderação, de defesa de nossos princípios, defesa da democracia, defesa dos direitos individuais, assegurados pela própria Constituição revolucionária. Neste caminho nunca hesitamos em marchar; temos palmilhado esta estrada e continuaremos a palmilhá-la sem temor de ameaças. Muita gente pode confundir a nossa moderação com timidez. Aqui há homens vividos, homens habituados a todas as lutas e crises políticas da vida social do Brasil; homens que não sabem recuar, que meditam antes de tomar atitudes; meditam para agir com segurança, com serenidade, com energia, com acerto. Mas, tomada a atitude, nem esse Deputado, nem o seu respeitável Partido, nem o próprio Governo, com todas as suas forças, enquanto esta Casa estiver aberta, nos fará recuar daquilo que constitui a ideologia, o programa de nosso Partido. É um programa reconhecido pela lei, pautado na lei, um programa clarividente, em que estão focalizados todos os problemas sociais, econômicos e financeiros do País, um programa apoiado pelo Poder Judiciário, reconhecido pelo Tribunal Eleitoral e devidamente registrado. De modo que, desse programa, que está sob a égide da própria Constituição revolucionária, não nos afastaremos, quaisquer que sejam as ameaças, e venham de onde elas vierem. Não, Senhor. A moderação do nosso partido, que é a moderação do Senado, a moderação da própria ARENA, não significa, para nenhum de nós que compomos ambos os Partidos, covardia, temor, recuo diante daquilo que achamos justo, certo, patriótico e legal. A outra parte do discurso importantíssimo que V. Ex^a pronunciou neste instante é a que se refere ao MDB e as suas relações com a ARENA. Se é certo que V. Ex^a declarou, de comício, que não aceitávamos restrições à nossa liberdade, nem aceitávamos ameaças, é certo também que não admitimos confusões. Sabe o País que a Frente Ampla é uma organização que tem os seus responsáveis conhecidos, ostensivos em todo o País. Sabe a Nação inteira e sabe o Senado que o MDB é um partido organizado, como disse, dentro da lei e, com este pensamento de ordem e de revitalização da De-

mocracia em todo o País. Quando V. Ex^a salienta que os dois partidos não têm um objetivo comum, não significam a mesma organização, V. Ex^a o faz com segurança e com acerto.

Na verdade, o MDB é um partido legalmente reconhecido, tem as suas responsabilidades, o seu programa de ação e a Frente Ampla, data venia, é uma organização de caráter diferente, não é propriamente um partido político, mas tem uma ação de arremigamento popular, sob a responsabilidade de figuras notáveis deste País. Não há conflusão entre as duas organizações. Não somos responsáveis pela organização nem invocamos a responsabilidade de homens da Frente Ampla para servir de arrimo a atos porventura praticados pelo nosso partido ou por qualquer de seus componentes.

Do mesmo modo, nenhuma responsabilidade temos por atos praticados pela Frente Ampla. Qualquer que sejam, não podemos ser responsáveis, diretamente ou indiretamente, por aquilo que fôr praticado no ângulo dessa organização social e política do País. Somos forças inteiramente diferentes. A portaria a que os jornais têm feito referências pode ser, por nós ou por nossos companheiros analisada sob o aspecto legal e no das garantias e dos direitos individuais. Sob o aspecto constitucional de garantia de liberdade de reunião pode ser analisada em tese, mas nunca como quem defende atos praticados pelo nosso Partido ou por qualquer dos nossos companheiros. Não, nós nada temos com a Frente Ampla e nem podemos ser responsabilizados por qualquer ato praticado por essa organização ou por seus componentes. Essa declaração nós a fazemos para separar o joio do trigo. Não é com timidez que falamos. Não é para nos isentarmos de responsabilidade perante a opinião nacional que fazemos essa declaração, por quanto, mesmo com relação à Frente Ampla, não podemos culminar se a lei foi executada como o interpreta a imprensa do País. Não podemos culminar e temos que protestar, neste caso, contra a violação das garantias e dos direitos individuais, se a repressão vier contra a lei e contra a Constituição. Assim, V. Ex^a nas suas palavras, queira, por obséquio, salientar que não é em seu nome pessoal que está produzindo a sua brilhante oração. É em nome do partido que V. Ex^a lidera com tanto brilho, tanta elegância, tanto espírito público e tanta lealdade parlamentar e política.

O SR. AURELIO VIANNA — Senhor Presidente, nobres Senadores, quando protestamos contra o ato do Sr. Ministro da Justiça, fazemos-lo conscientemente, na certeza de que estamos defendendo, no protesto feito, princípios da mais legítima cérca democrática. E saliente-se que, no próprio seio da agremiação situacionista, vozes se vêm levantando, fazendo reparos profundos àquela atitude, àquela atitude, não propriamente porque procreou da vida pública uma entidade que vinha atuando sob a complacência, com a permissão das autoridades governantes do País.

Sr. Presidente, se o objetivo do deputado gaúcho é nos levar a negação dos princípios que estabelecemos no nosso programa, equivoca-se S. Ex^a. Não nos afastaremos daqueles princípios.

Justiça o MDB faz aos principais líderes da Frente Ampla: nem o Senhor Carlos Lacerda, nem o Sr. Juscelino Kubitscheck de Oliveira, nem o Sr. João Goulart jamais se pronunciaram em nome do Movimento Democrático Brasileiro, como também jamais exploramos os seus nomes, jamais exploramos o seu prestígio político para nos engrandecermos, para nos elevarmos, para nos estendermos, para fazermos proselitismo no País. Embora não nos confundissemos, cada qual se respectava. Era este o ponto de vista, era esta a nossa posição e

também era esta a mesma posição tomada pelo movimento que acaba de ser fechado pela portaria do Sr. Ministro da Justiça.

Não é a primeira provocação que nos fazem. Outras surgirão. Ou para nos apresentarem como um partido acoiado, diante do ato praticado pelo Sr. Ministro da Justiça, ou então, para que, provocados, nos apresentássemos como Dom Quixotes, atacando e vibrando cutiladas no vento. Não nos desequilibramos. Os companheiros do MDB que pertenciam à Frente Ampla têm hoje a acolhida que sempre tiveram.

O Sr. Dinart Mariz — Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. AURELIO VIANNA — Pois não.

O Sr. Dinart Mariz — Tenho a impressão de que V. Ex^a está fazendo uma análise, embora moderada, um pouco distanciada do que repuso realmente o intuito do Governo, quando o seu Ministro da Justiça baixou a portaria a que V. Ex^a está aludindo. O objetivo de S. Ex^a foi colocar dentro da lei os acontecimentos que estavam ameaçando a ordem pública no Brasil. Se fizermos uma análise fria, correta — sou insuspeito para falar porque fiz certas objeções à política do Governo passado — se fizermos essa análise, encontraremos duas figuras que futuramente serão destacadadas pela maneira com que lutaram — um lutou muito e o outro está lutando agora — para manter a democracia neste País. O Governo do Marechal Castello Branco e o atual não têm feito outra coisa senão manter o regime democrático dentro do Brasil. Quando o Ministro da Justiça toma medidas acauteladoras, o faz com essa mesma finalidade. Porque V. Ex^a sabe que um País sem ordem, intranquilo, sem estabilidade é um País que não serve à nacionalidade. A responsabilidade é exatamente do Governo, e foi este o pensamento do Sr. Ministro ao tomar medidas de precaução que pudesse evitar que nosso País viesse até para a luta armada, desencadeando-se mesmo uma guerra civil entre nós. E é o de que estamos ameaçados, a meu ver. Pois bem, sobre Senador, esse, a meu ver, foi o pensamento do Governo. Em segundo lugar: V. Ex^a se referiu ao Deputado gaúcho Clóvis Stenzel. Tenho a impressão de que ele não teve outro intuito na sua declaração, senão o de convocar o M.D.B. para a análise dos acontecimentos e para, também, como tenho feito desta tribuna, convocar todos os brasileiros com responsabilidade política, nesta hora, para analisar, arredando a paixão política e, em muitas ocasiões, até, digamos, um pouco de sentimento pessoal, porque muitos estão feridos com o Movimento Revolucionário. O que ele fez, na minha opinião, foi colocar, realmente, a agremiação política a que V. Ex^a pertence para, junto com a ARENA, poder assegurar ao País ambiente de tranquilidade, de ordem, porque só com isso poderemos alcançar a sobrevivência do regime democrático em nosso País. Este, o meu pensamento; este, o pensamento do Deputado gaúcho; este, tenho a impressão de que é o pensamento do meu Partido; este é o pensamento do hamem que nos lidera politicamente, que é o Marechal Arthur da Costa e Silva, Presidente da República.

O SR. AURELIO VIANNA — Como o nobre Senador, estou analisando as palavras atribuídas ao Deputado Clóvis Stenzel. E são as palavras que revelam o pensamento dos homens.

As palavras do Deputado Clóvis Stenzel não revelam outro pensamento senão aquele que aqui se encontra traduzido no "Correio da Manhã": ameaça o "MDB"; tenta traçar rumos para o partido a que S. Ex^a não pertence, e arroga-se no direito de opinar sobre os destinos do sistema político que vive no País, di-

zendo do que acontecerá se o "MDB" não tomar a conduta que S. Exa, na advertência, aconselha. Como se fôssemos menores, órfãos, que precisamos de mentores!

Quando V. Exa declarou que estámos ameaçados de uma guerra civil, quase que eu vejo nas palavras de V. Exa uma contradição às declarações do Chefe do Governo, de que não há necessidade de medidas de exceção...

O Sr. Dinarte Mariz — Até hoje não foi necessário.

O Sr. AURELIO VIANNA — ... para que a ordem se mantenha no País, mas eu me admiro muito ao pro-nunciamento do Deputado Clóvis Stenzel, porque, nesse mesmo jornal, na mesma página, há declarações atribuídas ao Deputado José Carlos Gómez, do seu Partido, da ARENA, quando S. Exa garante que o programa da Frente Amplia, no Recife, no próximo dia 22, está cumprido normalmente. No entanto, esse Deputado, o gaúcho, não adverte aquele outro, o de Pernambuco.

O Sr. Dinarte Mariz — V. Exa está equivocado. Ele adverte todos os que estão identificados com o sistema da Frente Amplia, que nós estamos de subversão.

O Sr. AURELIO VIANNA — Señor Presidente, estou, agora, me referindo às palavras, ao pronunciamento do ilustre Deputado Clóvis Stenzel, e procurando não marcar a nossa posição, mas reafirmá-la. A nossa luta, pela instauração de um sistema democrático de governo amplio e autêntico, continua.

O Sr. Eurico Rezende — E o que está aí, Excelência.

O Sr. AURELIO VIANNA — Continua a nossa luta por que outros partidos políticos surjam. Se quando houver possibilidade da criação de muitos partidos poderemos fazer a democracia ampla, pois toda a Nação reconhece que, se existem dois partidos políticos neste País, esses dois partidos foram criados artificialmente e esses partidos não podem abrigar no seu seio aquela coletividade que foi banida da vida pública do Brasil, e que vive dentro do Brasil sem ter os seus direitos políticos garantidos e é banida.

O Sr. Dinarte Mariz — Permita-me V. Exa: Faz o nobre Cogelar referência — como há pouco — à Constituição, à Lei Eleitoral. Entendo, entenda V. Exa seja agora...

O Sr. AURELIO VIANNA — Dá-se transformada.

O Sr. Dinarte Mariz — ... deva ser transformada...

O Sr. AURELIO VIANNA — Para ser transformada é preciso que a Constituição seja alterada, seja reformada, seja modificada.

O Sr. Dinarte Mariz — Espero que, quando V. Exa tiver realmente conseguido para o seu Partido a maioria do povo brasileiro, V. Exa então reforme a Constituição e o sistema vigente. No regime democrático, o partido maioritário é que encanha ao povo as soluções que em nome do povo ele trouxe. É o caso, estes deputados, em nome da maioria do povo brasileiro. E quando V. Exa atingir essa maioria através das urnas, então, V. Exa poderá realmente dar ao País um regime diferente do que foi dado por uma Revolução que entrou com o apoio da maioria do povo brasileiro.

O Sr. AURELIO VIANNA — Fiz, quem disse a V. Exa que não o deu, me apontar. Quem foi que disse a V. Exa que devíamos prender todo mundo por causa de tentativa de golpe? O Sr. Dinarte Mariz — Nos temos liderado pelo Governo!

O Sr. AURELIO VIANNA — Sabeis disto, evidentemente. Sabímos perfeitamente, que não existiu aquela completa independência. E eu não há grandeza?

me congratulo com V. Exa por reconhecê-lo.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa me permite lhe apontar? Assentimento do Orador... — V. Exa faz grave injustiça, perfeitamente elidida, quando diz que não temos capacidade para impor, ao Poder Executivo, a nossa vontade!

O Sr. AURELIO VIANNA — Ora, não tem mesmo...

O Sr. Eurico Rezende — Não se trata de impor a sua vontade.

O Sr. AURELIO VIANNA — Respondo ao Senhor.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa, que defende o regime democrático, deve instar o autorizado de debate a polêmica "imposta".

O Sr. AURELIO VIANNA — Logo aí vim V. Exa dizer isto?

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa me concedeu o aposto e há de me permitir, na sua consideração, compreendendo o Sr. Dinarte Mariz, quando faz essa afirmação.

O Sr. AURELIO VIANNA — Seu maior Presidente, nobres Senadores,

que fugiu da responsabilidade da restauração de partidos políticos. V. Exa sabe que, se os jornais que eu li contam a verdade sobre o acontecimento, o próprio Presidente da ARENA se vem opondo ao voto vinculado e, não acredito que, desta vez, seja diferente.

O Sr. Eurico Rezende — Vem-se opondo à vinculação total. S. Exa, o Senador Daniel Kriger, é favorável à vinculação parcial, em termos de candidato a deputado estadual e deputado federal. Contra à vinculação total eu me inscrevo e credito que o Senado todo se insurge contra isto.

O Sr. AURELIO VIANNA — Seu maior Presidente, nobres Senadores,

em síntese: não saímos da idéia que os próprios traçaram, nos do MDB.

V. Exa, quando faz essa afirmação,

O Sr. AURELIO VIANNA — Seu maior Presidente, nobres Senadores,

que fosse que estivesse capacitado

a uma luta de militância do povo.

Apesar de caligrafado, neste País, porque, vi-

ve-se que se processa no Brasil, que tem

um grande socialismo, e político e econômico,

incluindo as reivindicações dos

universitários e dos trabalhadores,

os estudantes em geral, é triste da

organização de um grupo imenso

de brasileiros do processo político, do

processo democrático, fatores que

milhares de brasileiros planejam o

voto do povo, através dos partidos

existentes, aos quais haviam vin-

tuado, e hoje, um grupo insignifi-

cante pode disputar eleições nesse

País. E para se candidatarm, ainda

depende de pequenos grupos que

não têm poder de comando nas duas

assembléias em cada Estado e em

cada Município.

A marginalização, o alienamento

da vida pública do Brasil de

milhares e milhares de jovens de ho-

mens de meia idade, do povo em ge-

ral, causa essa revolta, e é por isto

que nem o Partido de V. Exa tem o

apoio do povo, nem o nosso. Há res-

ultados.

Quando nessa luta estudantil, de

Norte a Sul inúmeras moças se ma-

nifestaram contra os dois Partidos,

o protesto não era propriamente

contra a existência delas, mas porque

os dois foram participantes, os doi-

s que tiveram forças, não queriam, ou

eram que o outro não, que se pro-

piciasse ao País a oportunidade da

criação de diversos partidos que pu-

déssem acolher a nossa juventude.

O Sr. Dinarte Mariz — Tenha a

impressão de que V. Exa está la-

borando em vão.

Os estudantes se convenceram de que — e disto estou

certo — vieram sendo explorados

pelos políticos; tória vez que surgi-

uma reivindicação dos estudantes, os

políticos aparecem para tirar partido

do esforço da luta dos estudantes.

Então, eles chegaram à conclusão de

que os homens públicos do País,

se no Congresso ou noutros setores

pequeno tem feito pela classe estudan-

tial, toda vez que os estudantes vêm a

les ou se voltam para conseguir o

que queriam suas reivindicações, apa-

retem os políticos e querem ser os donos

da opinião dos estudantes, guile-

los. Mas os notaram que os políti-

cos querem e exploram. Daí a meu

ver, o abandono dos estudantes.

Ele se voltam, da certa maneira, ex-

plorando pelas políticas, e dai não

aparecer a opinião dos políticos que

tem concordado para aumentar a po-

sição no meio estudantil.

O Sr. AURELIO VIANNA — Se

V. Exa fala a questão dessa con-

venção, se os políticos não

querem ser os donos

da opinião dos estudantes, que é

o que os estudantes se descre-

uem decepcionados, porque sabem que os políticos, que tiveram o poder de elaborar e votar aquela Constituição, criaram empecilhos para a criação de novos partidos, de muitos partidos políticos nesse País, que eles foram abandonados às feras.

O Sr. Dinarte Mariz — Peço-lhe V. Exa. Mas é uma exploração que se faz aos estudantes, querendo incomodá-los e chamá-los a cometer a Constituição.

O Sr. AURELIO VIANNA — Os estudantes se irram por causa da exploração que os políticos fizeram, querendo dizer-lhes que eles saíram inconformados com aquilo que tinham apesar de

O Sr. Dinarte Mariz — ... os estudantes não falam mais, a mim é o que

O Sr. AURELIO VIANNA — ... para garantir que os países no mundo, que a Constituição da

O Sr. Dinarte Mariz — ... a Constituição da

O Sr. AURELIO VIANNA — ... para garantir que os países no mundo, que a Constituição da

O Sr. Dinarte Mariz — ... a Constituição da

O Sr. AURELIO VIANNA — ... para garantir que os países no mundo, que a Constituição da

O Sr. Dinarte Mariz — ... a Constituição da

O Sr. AURELIO VIANNA — ... para garantir que os países no mundo, que a Constituição da

O Sr. Dinarte Mariz — ... a Constituição da

O Sr. AURELIO VIANNA — ... para garantir que os países no mundo, que a Constituição da

O Sr. Dinarte Mariz — ... a Constituição da

O Sr. AURELIO VIANNA — ... para garantir que os países no mundo, que a Constituição da

O Sr. Dinarte Mariz — ... a Constituição da

O Sr. AURELIO VIANNA — ... para garantir que os países no mundo, que a Constituição da

O Sr. Dinarte Mariz — ... a Constituição da

O Sr. AURELIO VIANNA — ... para garantir que os países no mundo, que a Constituição da

O Sr. Dinarte Mariz — ... a Constituição da

O Sr. AURELIO VIANNA — ... para garantir que os países no mundo, que a Constituição da

O Sr. Dinarte Mariz — ... a Constituição da

O Sr. AURELIO VIANNA — ... para garantir que os países no mundo, que a Constituição da

O Sr. Dinarte Mariz — ... a Constituição da

O Sr. AURELIO VIANNA — ... para garantir que os países no mundo, que a Constituição da

O Sr. Dinarte Mariz — ... a Constituição da

O Sr. AURELIO VIANNA — ... para garantir que os países no mundo, que a Constituição da

O Sr. Dinarte Mariz — ... a Constituição da

O Sr. AURELIO VIANNA — ... para garantir que os países no mundo, que a Constituição da

dispensa da cobrança de multas impostos devidos por uma firma, ficiada, além disso, com alguns imóveis;

autorização para invasão de uma propriedade privada, o Seringal Linha a, pelo Secretário de Justiça e Segurança, para distribuir os lotes e explorar a madeira;

exploração do trabalho dos presos na Colônia penal de Rio Branco, sob responsabilidade do Secretário de Segurança, sem que a renda correspondente tenha sido recolhida e utilizada;

apropriação indébita de borracha pertencente ao Banco da Amazônia, no princípio de Xapuri e tentativa de o gerente local daquele Banco, diante da apreensão judicial da mercadoria.

denúncia, Sr. Presidente, tem uma característica da mais alta significância, foi apresentada pelo Deputado Abud, integrante da ARENA, homem da mais alta independência naquele Estado, pois foi do Governo revolucionário na Assembleia, durante o ano de 1963 e identificado na mesma Casa Legislativa em 1967, eleito pela maioria acreana.

No ano passado, creio que em junho, o Deputado Eloy Abud entendeu-se com o Governador e lhe denunciou-o para obter a sua destituição.

Ocorrendo amparo na bancada estadual do M. D. B., respondemos-lhe não apoiamos manobra política nenhuma, mas que se houvesse provas de desonestade do governador, dadas o nosso voto para punir a corrupção.

As provas não foram apresentadas, fendas abertas no dispositivo da lei do Acre foram obturadas pela pessoal do nobre Senador José Guimard, que pessoalmente harmonizou os seus líderes.

Harmonia, entretanto, não poderia estar à ambição de manda de almas, que se desentenderam, agora, de forma mais extremada, por causa dação do presidente da Assembléia, a 1968.

URLADO nas suas pretensões, pela nobre eficiente do Governador, avés do seu Secretário de Justiça Segurança, o candidato derrotado, Deputado Eloy Abud, resolveu desenatar a documentação que possuía apresentou a denúncia a que estou referindo.

Trata-se, em verdade, de uma briga familiar. Os fatos são conhecidos muito, por todos os personagens da mídia atual, que estavam, entre si, presos a interesses pessoais ou sisnais e, por isto, não agiram, nem o dever lhes impunha.

A denúncia foi agora apresentada que o denunciante contava, no momento, com o apoio público da maioria da bancada da Arena, cujos integrantes fizeram, sobre o episódio, pronunciamentos candentes através da rádio usura do Governo, vedada sistematicamente aos membros do M. D. B.

Governador conseguiu, entretanto, compor seu dispositivo político. Assembleia e a denúncia foi julgada improcedente.

Não morremos de amores nem pelo Jorge Kalume, cuja ação política, a todo Estado, tem a única finalidade de nos esmagar, nem pelo Senhor Abud.

Por isso, no seio da Comissão mista examinou a denúncia votamos pelo recebimento, para que a matéria fosse exame mais acurado, mais profundo dos documentos e provas, a fim de permitir um julgamento criterioso e isento de paixão.

Poderíamos encerrar aqui as nossas considerações, Sr. Presidente, baixando o pano sobre esta comédia, se não fosse imperioso ressaltar algumas constâncias, que dão ao episódio uma importância maior do que a de-

corrente de uma simples briga em família. É a razão da minha presença nesta tribuna.

Assim, é de assinalar que o denunciante é conivente nas irregularidades que só agora aponta. Ele próprio confessa que conhecia certos fatos irregulares desde dezembro de 1967. Não tomou, entretanto, o caminho que a moral administrativa lhe impunha. Mas é de ressaltar, também, que, comunal como foi aí aí, do governo estadual, conhece os fatos apontados na denúncia, que, por isto mesmo, devem ser minuciosamente apurados. Afinal, para a Arena, ele não é uma desclassificação. É elemento da maior projeção política, participante de todos os conciliabulos, conhecedor de todos os meandros da atual administração.

Por tudo isto entendemos que a denúncia devia ser feita um exame acurado, para isentar o governador de qualquer suspeita que hoje pesa, sem dúvida, sobre a sua causa. Em vez de zelar pela reputação do seu Governo o Sr. Jorge Kalume preferiu transformar a denúncia numa questão política e venceu este lance da luta.

É de assinalar, também, Sr. Presidente, que irregularidades idênticas as denúncias e conseqüentemente praticadas pelo Governador, tais como adiantamentos a particulares e até a firmas comerciais, geram causa ao processo a que ainda responde o ex-governador do Acre. Sr. José Augusto Araújo, que durante o seu governo, truncado pela revoção, fez adiantamentos a fornecedores, correspondentes a mercadorias já entregues e até mesmo a funcionários, como foi o caso do nosso ex-colega, Senador Goldwasser Santos, também processado porque recebeu adiantamentos sobre vencimentos atrasados de quase um ano.

O atual Governador confessa, na sua defesa, que fez os adiantamentos qualificados por ele de "mero pagamento parcial do débito". Em outros tópicos o Governador declara que fez "pagamentos antecipados".

Ora, se houve crime nos adiantamentos feitos pelo ex-governador do Acre, também há no que pratica o atual Governador. Se assim não for considerado, tem-se de chegar à conclusão de que há uma regra de moral, a ser aplicada aos adversários e outra, para os mesmos fatos, aplicável aos adeptos da revolução.

Devemos ainda ressaltar que a denúncia constante do item XI diz respeito à apropriação indébita de borracha, no Município de Xapuri e à tentativa de prisão do gerente local do Banco da Amazônia, que pediu a apreensão judicial da mercadoria.

E a confirmação da denúncia que fizemos, desta tribuna, no dia 26 de janeiro do corrente ano, baseados em relato minucioso de aludido gerente. Naquela ocasião o eminentíssimo Senador José Guimard acusou-nos de faciosos, de injustos, de estarmos deturpando os fatos e analisando-os com visão unilateral.

Agora, entretanto, é um correligionário de S. Excia., dos mais chegados aos segredos do partido, com o conhecimento que o livre trânsito, de que dispõe, nos gabinetes e nas repartições lhe assegure, que afirma, na denúncia, que o Governador fez ação ilícita de cerca de 6 toneladas de borracha, desviadas do seu destino legal, que é o Banco da Amazônia e que, além disso, "abusando do poder de que se acha investido", mandou prender o gerente de se estabelecerem banco.

Não endosso nem encampo as acusações do Deputado Eloy Abud, que todos esperávamos fossem apuradas para punição do culpado ou desmoronização do gratuito acusador.

O M. D. B. limita-se a assistir ao espetáculo, no qual só interverá se estiverem em jogo a tranquilidade do povo acreano, o atendimento das suas

necessidades e a lisura dos negócios públicos.

O que desejamos é que a administração acreana se volte resolutamente para a solução dos graves problemas do povo.

O que desejamos é que o M. D. B. seja respeitado como partido político legalmente constituído e que possa livremente exercer sua ação junto ao eleitorado, sem as limitações e pressões exercidas pelos poderosos, a maioria dos quais a convivência do Senhor Governador. Não pleiteamos, nem aceitaremos cargos na administração estadual, mas não nos conformaremos com a discriminação odiosa, que vigora atualmente, entre adeptos do governo e seus adversários, quando uns têm direito a tudo e outros nem mesmo merecem o respeito, que as leis asseguram e a condição humana impõe.

Meu partido está neutro entre as duas facções da Arena, que se degladiaram no Acre, desde meados do ano passado e que dificilmente encontram o caminho da harmonia, porque já chegaram aos insultos pessoais, estando agora cada uma empenhada em arrumar fatos e juntar comprovação para as irregularidades e a corrupção, de que acusa a outra.

O Sr. Eurico Rezende — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. OSCAR PASSOS — Com todo prazer.

O Sr. Eurico Rezende — Desculpe ingressar na "paróquia" do Acre, eu que não me chamo Manoel e não moro em Niterói.

O SR. OSCAR PASSOS — E lamentável que o "vogário" esteja ausente.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. não dá a necessária dimensão política ao eminentíssimo Senador José Guimard, S. Exa., em termos de prestígio eleitoral, não é vigário...

O SR. OSCAR PASSOS — É cardeal...

O Sr. Eurico Rezende — ... é arcebispo, há muito tempo. Mas, ingresso no seu pronunciamento em virtude de uma afirmativa no sentido de que o MDB está neutro nessa controvérsia. Devo lembrar a V. Exa., principalmente tendo em vista minha qualidade de advogado, que Rui Barbosa, expressando conceito lapidário, disse certa vez: "Entre o Direito e o dever a esse desafio com a neutralidade de que o MDB está neutro nessa controvérsia. Devo lembrar a V. Exa., principalmente tendo em vista minha qualidade de advogado, que Rui Barbosa, expressando conceito lapidário, disse certa vez: "Entre o Direito e o dever a esse desafio com a neutralidade de que, na hipótese, seria conivência. Mas, como V. Exa. argui a posição de V. Exa., não está havendo nenhum ação de ato ilícito da parte do Governador do Acre.

O SR. OSCAR PASSOS — Nobre Senador, nós nos colocamos exatamente dentro do conceito lapidário de Rui Barbosa, a que V. Exa. se refere. Estamos neutros quanto a questões políticas, a agitação política que o nobre Deputado Eloy Abud, correligionário de V. Exa., está querendo fazer desde maio ou junho, do ano passado. E nos mantivemos neutros, por considerarmos isto briga de família. Mas, está no texto do meu discurso — e V. Exa. comprovará se me der a honra de lê-lo após publicado — quando julgarmos estar em jogo o atendimento das necessidades do povo e a causa do serviço, interveremos. Foi o que opinamos...

O Sr. Eurico Rezende — São palavras absolutórias do Governador.

O SR. OSCAR PASSOS — ... na Comissão Mista, onde éramos, como sempre no País, minoritários.

O Sr. Eurico Rezende — A culpa é do povo.

O SR. OSCAR PASSOS — E Vossas Exas, que eram majoritários, não aprovaram, por questão política, a denúncia do seu próprio correligionário. Nós queríamos que se apurasse a denúncia e não pudemos fazê-lo.

Somos neutros na questão política do ano passado, quando o Deputado Eloy Abud quis atingir o Governador, mas não podemos ser neutros com relação à denúncia de irregularidades ou corrupção. Temos que chegar até onde a lei nos permite, que é a Comissão Mista, onde a responsabilidade por tudo que houve cabe exclusivamente aos correligionários de V. Exa.

O Sr. Eurico Rezende — V. Exa. permite um aparte?

O SR. OSCAR PASSOS — Pois não.

O Sr. Eurico Rezende — Não conheço o episódio, mas vejo, desde logo, que há muita política. E' o que definiu as palavras de V. Exa.

O SR. OSCAR PASSOS — Muito mais do partido de V. Exa., do que do meu.

O ST. Eurico Rezende — Então, há presença da conveniência política de facções em jogo, de logo deve-se examinar, em primeiro lugar, a pessoa do Governador. Conheço o ex-Deputado Jorge Kalume, hoje Governador do Acre. Tenho de S. Exa. as melhores referências, inclusive de adversários seus. O fato de estar um correligionário da ARENA contra o Governador é corriqueiro, em todos os Estados, porque o artificialismo partidário colocou no mesmo partido tendências e conveniências que se atritam. De modo que, tanto na ARENA como no MDB, há ausência de autenticidade.

Mas, devo dizer a V. Exa. que, no seu percurso no Parlamento nacional, o Deputado Jorge Kalume deixou uma trajetória de honradez e de espírito público.

O SR. OSCAR PASSOS — Nós não estamos, longe de um entendimento. Isto também consta do meu discurso, sobre Senador, quando digo que não endossamos as acusações do Deputado Eloy Abud. Esperavamo apenas que elas fossem rigorosamente apuradas para que o culpado fosse punido e o gratuito acusador desmobilizado.

O Sr. Eurico Rezende — Mas V. Exa. há de convir que isso é um processo de "impeachment". O recebimento da denúncia, por si só, implica, e automaticamente, no afastamento do Governador. Então, deve-se examinar com grande cuidado a primeira etapa, que é decisória, porque o afastamento do Governador causa perplexidade e prejuízo à Administração pública, sem se falar na perturbação em todo o Estado, com as suas implicações e consequências danosas. É muito comum acusar-se uma Comissão Mista, para efeito de apuração de responsabilidade do Governador, e não se querer apurar. Quando, porém, o simples recebimento da denúncia determina o afastamento do Governador, é preciso que haja aquele princípio de certeza, previsto em nossa codificação penal.

O SR. OSCAR PASSOS — Mais uma vez, V. Exa. concorda comigo. Quer dizer, transformou-se isto em questão política, assim, foi feito no Acre, e, por isso, a denúncia foi arquivada.

O Sr. Eurico Rezende — Mas, não a maioria da Comissão que opinou nelo arquivamento?

O SR. OSCAR PASSOS — O Partido de V. Exa.

O Sr. Eurico Rezende — Sim! A maioria!

O SR. OSCAR PASSOS — (Lê o discurso) — Nossa neutralidade, porém, não significa omissão nem traslucidez, mas revela a decisão que assentamos, de só intervir — e intervir decisivamente — quando estiver em perigo o bem estar do povo ou quando a ação do governo puser em risco as garantias individuais, inclusive a nossa liberdade de manifestação política, dentro da ordem e da lei. (Muito bem! Palmas.)

não tivesse honrado, emprestando-lhe a sua contribuição patriótica e nenhum Estado da Federação que n' o figura n' os seus elevados planos de integração plena da unidade espiritual da Nação. Pode o Acre estar certo de que os continuadores da obra e dos ideais de Assis Chateaubriand concluirão os trabalhos iniciados para finscar a bandeira "Associada" no solo glorioso do mais novo Estado do Brasil. E foi a energia criadora e recriadora de Assis Chateaubriand que inoculou no velho órgão de imprensa o sangue vital para que "A Província do Para", depois que sofrera um segundo desaparecimento, ressurgisse definitiva e triunfanteamente a 9 de fevereiro de 1947, até hoje conservando-se para a frente e para o alto dentro a grande família "associada" e na honrosa e estimulante consideração da infecundidade, do mundo oficial e do povo do Para.

Eu diria, senhores Senadores, que o predestinado brasileiro que agora tento, em rápida síntese, relembra e retratar com as tintas da saudade e da gratidão, gigante que nem a idade nem a doença venceram e que só cedeu à fatalidade física de que nenhum criatura humana pode escapar, Chefe, Amigo e Companheiro exem-

plar e raro, cuja estatura moral e intelectual era o mais singular contraste com a estatura física, este gigante Francisco Assis Chateaubriand Bandeira de Melo, o mais adorável "jagunço" que o Brasil já nos legou, jornalista desde ginásiano, aos 14 anos de idade, nasceu de um consórcio entre o Livro e a Tipografia, viveu como filho predileto do Talento e da Glória, para agora perpetuar-se, merecida e destacadamente, na melhor e mais comovida lembrança da Pátria, que ele tanto amou, serviu e alteceu, dentro e fora de nossos limites.

Se não é de esperar que o justo julgamento dos homens jamais lhe falte, jamais! Sempre que lhe evocarmos as beneméritas Campanhas: Nacional de Aviação; da Redenção da criança; das Beija-flores, dos Cafés Finais, do algodão, da recuperação dos solos e, como um pródigo Mecenas exige, a semeiar fazendas e Museus de Arte, igualmente nos consola, na dôr atual do seu desaparecimento material, a certeza de que, sob uma bênção especial do Supremo Criador dos homens e das causas, repousa, agora, serena e satisfeita por todo o Bem que praticou, a alma bonissima de Francisco Assis Chateaubriand Bandeira de Melo.

Sr. Ministro Mário Andreazza a este Plenário, para apresentar os esclarecimentos e informações que fossem necessários à apreciação da matéria.

Convidado por mim, V. Exa. aquie eu imediatamente, o que nos trouxe, além da natural satisfação de tê-lo ao nosso lado a significação de o seu comparecimento dar um sentido real à norma constitucional, que assegura a vinda dos Srs. Ministros de Estado aos trabalhos das Comissões do Congresso Nacional, para prestar informações sobre matérias em curso.

De acordo com as Normas Regamentais, cabe a V. Exa. fazer uma exposição sobre a matéria de que trata o projeto e, em seguida, facultar a palavra aos nobres Membros da Comissão de Projetos do Executivo, para as interpellações que julgarem necessárias.

Assim, concedo a palavra a V. Exa.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Sr. Presidente, o aspecto que me parece o mais importante da questão é o aspecto técnico, porque, anteriormente, o Lloyd Brasileiro era uma organização autônoma. Quando nós assumimos o Ministério dos Transportes, subordinamos o Lloyd Brasileiro à Comissão de Marinha Mercante e, pela legislação vigente, quando se trata de cargas do Governo, fica ao livre arbitrio do Lloyd Brasileiro decidir se leva ou não leva a carga que está nos portos. E nós entendemos que, desde que o Lloyd Brasileiro está agora subordinado à Comissão de Marinha Mercante, esta deve deliberar se essa carga deve ser levada ou não, porque é a Comissão de Marinha Mercante que realiza o controle de toda essa movimentação de cargas. E se nós deixarmos ao livre arbitrio do Lloyd, decide se leva ou não. Normalmente, a resposta que o Lloyd Brasileiro dá é que tem possibilidades de levar a carga, mas tem acontecido várias vezes em que não tem essa possibilidade. Então, a carga fica no porto.

Assim, nós achamos que deve continuar mesmo com o Executivo essa atribuição, isto é, se essa carga deve ou não ser levada pelo Lloyd Brasileiro. Mas achamos que não deve ficar ao livre arbitrio do Lóide decidir se leva ou não a carga. Isso deve caber à organização imediatamente superior a que ele está subordinado. E depois o aspecto econômico não é muito grande, porque, no comércio exterior, as cargas do governo não chegam a 3% e na navegação de cabotagem as cargas do governo não chegam a 10%.

Mas a finalidade principal desse projeto não é propriamente de ordem econômica, é de ordem técnica, é para assegurar a mobilidade, a rapidez no transporte das cargas.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Gonçalves) — Havendo número legal declarado aberta a reunião da Comissão incumbida de emitir parecer sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18-68, que dispõe sobre os bens e pessoal vinculado ao Lloyd Brasileiro e à Companhia Nacional de Navegação Costeira.

Abertos os trabalhos desta Comissão, apresentado o Parecer pelo nobre Senador Carlos Lindenberg, que concluiu pela aprovação do Projeto, deu-se inicio à discussão da matéria.

Os nobres Senadores José Ermírio e Arthur Virgílio levaram algumas objeções sobre o alcance da medida, inclusive sobre a sua conveniência, relativamente à eliminação da prioridade assegurada ao Lloyd Brasileiro.

Em face dessas objeções e tendo em vista a limitação de tempo, exiguo de que dispõe esta Comissão para o seu pronunciamento, a Presidência, refletindo o pensamento geral, entendeu seria da mais alta conveniência a presença de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Wilson Gonçalves) Com a palavra Senador José Ermírio.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO — Antes de votar no Senado, é me dever conhecer detalhes.

Primeiro, não tendo o Lloyd Brasileiro exclusividade mas, apenas, prioridade para transporte das mercadorias das repartições públicas, autorizadas ou outros órgãos estatais ou paraestatais, nos termos do § 3º, do artigo 31, do Decreto-lei nº 67, de 21.11.66, qual a razão de Poder Executivo pretender a revogação desse dispositivo?

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — E' que consta da lei. Se fosse uma atribuição do Executivo dar essa prioridade, ou não, então faltaria, mas, sendo fixado em lei, a prioridade é do Lloyd, então tem que aceitar esse fato.

Achamos mais interessante que corresponda ao Executivo, que é o maior interessado e o Lloyd, sendo subordinado ao Ministério dos Transportes, decidir se leva ou não essa carga, não deixando ao livre arbitrio da empresa.

Então, o problema é mais de lei. É uma lei que fixa isso. Se houvesse maneira de contornar que coubesse ao Executivo, como era antes, de deliberação se essa carga era ou não transportada, seria mais interessante.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO — A revogação de tais dispositivos trará benefícios às firmas estrangeiras de navegação com a constante afretamento de seus navios pelo Brasil? Não decorrerá disso um grande prejuízo para o Lloyd?

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Não decorre, porque política de fretes que estamos desenvolvendo, nós não vamos dividir fretes que estamos desenvolvendo, não vamos dividir o mercado existente entre o Lloyd e as companhias que estamos organizando agora, pois isso seria dividir o mesmo bolo entre muita gente. Então, nossa idéia é aumentar o mercado de frete, como realmente aumentamos.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO — Não trará nenhum prejuízo para o Lóide. Todas as empresas do mundo, inclusive o Lóide, têm que fazer afretamento por causa de variação de carga pa a mais. O Lóide mesmo no ano passado, afretou mais de duzentos navios. Uma das preocupações nossas é o problema do teste-de-ferro. Isto é importantíssimo. Quando concedemos uma linha, por exemplo, a uma empresa privada, fazemos um levantamento completo da mesma. Não só uma pesquisa ostensiva, mas também pedimos a ajuda do Serviço Nacional de Informações. Isto para evitar os testes-de-ferro. E desde que verificamos a vinculação com uma companhia estrangeira, a licença é cassada. Acredito que não haverá prejuízo para o Lóide. Era vez de Lóide decidir: se leva ou não a carga, quem decide é o escalão superior que controla toda a navegação da empresa e das companhias privadas.

O SR. SENADOR JOSE ERMIRIO — O pagamento do afretamento em um navio é feito em dólares?

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — E' um problema do qual estamos cuidando. Para isso provenciamos a ampliação da nossa frota. Agora encorramos vinte quatro navios. Com mais onze navios que estamos negociando, perfazendo um total de trinta e cinco, que justamente para irmos eliminando progressivamente o afretamento. Queremos reduzir progressivamente o afretamento. Só em nosso mercado internacional, com relação aos nossos portos, cerca de quinhentos milhões de dólares anualmente. E o objetivo que o governo fixou foi trazer para o Brasil 250 milhões de dólares, ou seja 50%. Não dá para ser tudo porque as companhias estrangeiras têm direito assegurado, e existe a Con-

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO DIRETOR-GERAL

PORTEIRA Nº 57, DE 3 DE ABRIL
DE 1968

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve designar Aluizio Barbosa de Souza, Roberto Velloso, Redatores de Anais e Documentos Parlamentares, PL-2, e Zuleika de Castro Monteiro, Oficial Legislativo,

PL-6, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Comissão de Sindicância incumbida de apurar o fato ocorrido com o Guarda de Segurança Presbi Elpídio de Medeiros no dia 30 do mês próximo passado, conforme representação do Inspetor de Segurança, PL-8, Wilson Peçanha.

Secretaria do Senado Federal, em 3 de abril de 1968. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

ATAS DAS COMISSÕES

COMISSÃO DE PROJETOS DO EXECUTIVO

4.ª REUNIÃO, REALIZADA EM 26
DE MARÇO DE 1968

As dez horas do dia vinte e seis de março do ano de mil novecentos e sessenta e oito, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Presidente, Eurico Rezende, José Ermírio, Paulo Torres, José Feliciano, Carlos Lindenberg, Carvalho Pinto, Adolfo Franco, José Leite, Petrônio Portela, Aurélio Viana, Arthur Virgílio, reúne-se a Comissão de Projetos do Executivo do Senado Federal. Acham-se presentes além dos Senadores acima citados, os Senhores Senadores Manoel Villaça, Alvaro Catão, Edmundo Levi, Argemiro de Figueiredo, Raul Giuberti, Adalberto Benna, Júlio Leite e Domicio Gondim.

O Senhor Presidente declara abertos os trabalhos da Comissão e concede a palavra ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, Coronel Mário Andreazza, para prestar esclarecimentos sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1968.

Após a exposição de Sua Excelência o Senhor Presidente, pela ordem de inserção, concede a palavra aos Senhores Senadores José Ermírio, Carlos Lindenberg, Carvalho Pinto, Aurélio Viana, Eurico Rezende, Alvaro Catão, Manoel Villaça e Argemiro de Figueiredo.

Por fim o Senhor Senador Wilson Gonçalves agradece ao Senhor Ministro sua presença a esta Comissão e cumprimenta-o pelo modo brilhante com que conduziu sua exposição.

O Senhor Presidente determina, portanto, que as notas taquigráficas da presente reunião sejam publicadas em anexo à esta ata.

Nada mais havendo a tratar encontra-se a reunião, lavrando eu,

Estes são, em linhas gerais, os pontos importantes. Estarei à disposição dos Srs. Membros da Comissão para prestar quaisquer esclarecimentos.

ferência de Frete. Na conferência do frete é nosso objetivo atingir 250 milhões de dólares anuais. Estamos ampliando nossa frota para isso, mas ainda não temos a tracelagem disponível para trazer e levar toda essa carga.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — O Brasil está na posição de levar seus vapores pelos mares afres?

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Senador, queremos frisar bem esse ponto: a prioridade não tem grande influência econômica para o abastecimento. Ela tem grande influência particularmente no país, para o abastecimento. Por exemplo, a SUNAB pretende transportar o arroz do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro, com urgência. Pergunto ao Lóide se pode trazer o arroz e ele diz que podia. Entretanto, não tem o navio para trazê-lo.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Quanta pergunta:

"Quals as condições que o Lóide exige e quais os lucros que obtém no transporte de mercadorias com o fretamento de navios?"

Isto é muito importante a Comissão saber. Se o Lóide ganha muito dinheiro com as cargas, isso deve ser investido com muito cuidado.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Quanto ganha, não sei. V. Exa. poderia dirigir a pergunta à companhia.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Sexta pergunta: quais as medidas que o Governo tem tomado ou pretende tomar para melhor aparelhar o Lóide Brasileiro?

V. Exa. a respondeu anteriormente. Já foram comprados 16 navios e a situação do Lóide vai melhorar.

7º pergunta: quais são as empresas de transporte que operam na cabotagem no Brasil? São empresas genuinamente brasileiras?

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — São. A cabotagem que tem que ser genuinamente brasileira. Quando assumimos, o Lóide não tinha cabotagem. Introduzimos a Linha de Integração Nacional com 32 navios. Existe, ao longo do litoral, uma série de pequenas companhias que não têm capacidade administrativa, que não têm possibilidade de cumprir determinados horários e, assim, assegurar realmente transporte. Então, dentro das diretrizes do Governo, ficou estabelecido que essas pequenas companhias se unissem em uma maior. Já foi organizada a Linha Brasileira de Navegação inteiramente brasileira, reunindo 13 dessas empresas. Inclusive já encorajaram 8 navios para cabotagem a nossos estaleiros. Então, a Linha Brasileira de Navegação, inteiramente brasileira fará cabotagem ao lado do Lóide.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — 8ª pergunta: somos sábedores de que o Lóide está saíndo da situação de déficit que mantinha há vários anos. Em razão disto, perguntamos se a empresa não está em condições deficitárias, o que pretende o Governo fazer a fim de evitar que se repita a situação financeira difícil com a retirada da prioridade?

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Neste ano tivemos na cabotagem um lucro não muito grande, mas o comércio exterior já teve seis bilhões de cruzeiros; já é um bom superavit.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — 9ª pergunta: Quais as providências que o Governo pretende tomar para que não ocorra a paralisação dos serviços dessa empresa, já que a prioridade, segundo estamos informados, representa 30% da sua receita de cabotagem e 60% de suas operações de longo curso.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — A cabotagem, pelos cálculos que temos representa 10% e o longo curso representa 3%.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — A sua receita da cabotagem é de 30%, e suas operações de longo curso é de 60%.

A 10ª pergunta: Sabemos que o capital do Lóide passou de 100 milhões

de cruzeiros novos para 266 milhões, em fins de 1967. Não tendo capital de giro qual será o futuro dessa empresa, sem a prioridade?

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Senador, queremos frisar bem esse ponto: a prioridade não tem grande influência econômica para o abastecimento. Ela tem grande influência particularmente no país, para o abastecimento. Por exemplo, a SUNAB pretende transportar o arroz do Rio Grande do Sul para o Rio de Janeiro, com urgência. Pergunto ao Lóide se pode trazer o arroz e ele diz que podia. Entretanto, não tem o navio para trazê-lo.

Então, surge mais este problema do abastecimento que não tem reflexos econômicos consideráveis. Assim, vê o Sr. que no ano de 1968, o Lóide transportou para os Estados Unidos 16% da carga total; e este ano de 1967 já transportou 60%. Quer dizer, esse é o grande mercado, é o mercado livre.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Isso é muito importante.

V. Exa. me desculpe tantas perguntas, mas ainda estou na 1ª.

"Quem fará o transporte de frete baixo, atualmente feito pelo Lóide, sabendo-se que as firmas privadas não o realizam por ser deficitário?"

Isso é uma média que o Lóide dá; trabalho com frete baixo e frete alto. Quem vai fazer o frete baixo?

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Ele é fixado pela Comissão de Marinha Mercante. O frete é uniforme tanto para o Lóide como para as demais Companhias.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — É deficitário. Essas Companhias particulares vão fazer?

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Vão fazer.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Uma mercadoria, por exemplo, como o fertilizante, o produto agrícola, tem frete mais baixo do que outra de alto porte.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Senador, nós temos o Lóide em sentido empresarial; que é atuar como uma empresa e que tenha lucro.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Aliás ele está de maneira extraordinária agora. Por isso, estamos aqui e olhamos com cuidado o problema Lóide. Ele reüssitou dos desafios que havia, há dezenas de anos.

"(12º) Temos conhecimento de que 75% da renda do Lóide provém do transporte de café para os entrepostos de Trieste e Beirute e que foi, em 1967, de US\$ 3.160.000. Por esta razão perguntamos: V. Exa. poderia nos informar se existe pressão de firmas estrangeiras interessadas no afretamento dos seus navios e com a consequente retirada desse transporte do Lóide?"

Não podemos desprezar um lucro desse — 3.160.000 dólares. É muito dinheiro!

V. Exa. desculpe-me mas estou com pressa devido a um compromisso e vou prosseguir nas perguntas.

A 13ª diz o seguinte:

Existe interesse, por parte de firmas no Brasil, de obterem esse transporte fretando navios estrangeiros?

14º — V. Exa. não acha viável que suprimindo as vantagens do Lóide as firmas estrangeiras que importam ou exportam para o Brasil não vão auferir lucros com as companhias estrangeiras, no tocante à medição de peso e volume a fim de que fiquem no Exterior apreciáveis somas de dinheiro nosso, em mãos de empresas alienigenas em detrimento da economia brasileira?

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — A cabotagem, pelos cálculos que temos representa 10% e o longo curso representa 3%.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — A sua receita da cabotagem é de 30%, e suas operações de longo curso é de 60%.

nacional e só concedemos licença para quatro firmas.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Mas tem um detalhe, Sr. Ministro que toda firma estrangeira, com exceção do Brasil com capital nascido estrangeiro, pela Constituição de 1967 qualquer dessas firmas sediadas no Brasil embora com capital estrangeiro são nacionais.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — São as celebres "fertas de ferro", aos quais tenho pavor porque são terríveis.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Esperamos que possamos dar aos nacionais.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Agora V. Exa. pode dizer, existe um mercado que atende a todos e trabalha associado ao Lóide existe uma decisão controlada pelo Governo.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — A última pergunta: Muitos convênios foram feitos no passado, em prejuízo do Lóide Brasileiro. Sugiro a V. Exa. recusar acordos entre as empresas e o Lóide, de que resulta, sempre, sangria na economia da companhia nacional.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Senador, V. Exa. sabe que nos portos da Escandinávia, há mais de 24 anos, os nossos navios não podiam entrar. Era proibido a um navio brasileiro entrar na Escandinávia.

Denunciamos esse convênio e, com grande dificuldade, tivemos que tomar medidas energéticas, mandei cartear dois navios que seguiram para lá e, antes de entrar ali fui notificado...

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Principalmente na Noruega.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Hoje, nossos navios entram lá e saem normalmente, da mesma maneira que em outros portos.

O SR. SENADOR JOSÉ ERMIRIO — Peço desculpas a V. Exa., mas fiz perguntas que julgo de interesse nacional. Não foi senão por interesse do Brasil que vim para o Senado lutar ao lado de meus compatriotas para que o Brasil tenha uma posição digna para falar com os demais.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — V. Exa. pode estar certo de que estamos trabalhando com esse sentido nacionalista. Queremos realmente que a navegação seja dominada por nós. E' o que interessa ao País, nós manteremos essa navegação.

Outro ponto de que me lembro sempre: a Constituição fala que as atividades do Estado devem ser supletivas, desde que se consiga interessar a iniciativa privada. E' uma grande causa para o interesse nacional. A Constituição em um de seus artigos considera qualquer empresa estrangeira sediada no Brasil, como empresa nacional.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Wilson Gonçalves) Pergunto ao nobre Senador Carlos Lindenberg se, na qualidade de Relator, deseja fazer alguma indagação ao Sr. Ministro Mário Andreazza.

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERG — (Relator) Sr. Ministro Mário Andreazza V. Exa. falou que o Brasil assinou convênios de fretes onde o atendimento é de 32,5% para cada um. E o restante? Pergunto se os outros países também já assinaram esses convênios.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Já assinamos com os países escandinavos, esses a que acabamos de nos referir. Com o Méjiterraneo também, com todos os outros com que temos linhas já participaram dessas conferências do frete, de maneira a que haja esta proporção de meio a meio

O SR. SENADOR CARLOS LINDBERG — Era isso o que eu queria dizer que eu descrevo.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Wilson Gonçalves) — Isto é que é a sua opinião.

O SR. SENADOR CARVALHO PINTO — Sr. Presidente, é o que acha.

O SR. PRESIDENTE — (Senador Wilson Gonçalves) — Tem a sua opinião.

O SR. SENADOR CARVALHO PINTO — Sr. Ministro Mário Andreazza, V. Exa. acaba, com minha segurança, de esclarecer os fatos que levaram o Governo a aprovar este projeto.

Desejo, neste instante, servir de desta oportunidade, congratular-me com V. Exa. pela magnífica ação que vem realizando no sentido da recuperação econômica, administrativa e financeira de nossas empresas de transporte.

Entretanto pelo que pude apreender, o que ocorre relativamente a essas empresas é certa ineficiência, certa incapacidade em concorrer, em igualdade de condições, com as demais empresas.

Ora, se isto ocorre, não lhe parece que seria mais adequado — conforme os objetivos do Governo — que se mantivesse a prioridade desde que o Lóide pudesse transportar, em condições de igualdade com as demais empresas; ou por outra que se mantivesse o princípio de prioridade, salvo quando pudesse ser feito por outras empresas em melhores condições.

Perguntaria se não seria seguro, porque, no tocante à orientação do Governo, neste instante, que significa esta ação nacionalista, de enriquecimento da economia ou de fortalecimento da soberania nacional, não está o País a salvo de governos que pensem de outra forma.

De forma que deixar a Comissão de Marinha Mercante um órgão público, estatal, sem qualquer restrição, a opção entre o transporte por empresas nacionais ou estrangeiras, entre empresas nacionais públicas ou privadas, é, ao meu ver, abrir campo para incerteza e segurança que poderão ser Jesivas para a economia de nosso País.

De modo que, resumindo, e com meus aplausos à atuação de V. Exa., proporia à sua consideração o seguinte. Já que V. Exa., quer evitar que, quando outras empresas possam transportar em melhores condições técnicas e econômicas, de frete e prazo, fique o Governo preso ao Lóide, perguntaria se não seria preferível manter o princípio de prioridade, salvo quando outra empresa possa atender em melhores condições.

O SR. MINISTRO MARIO ANDREAZZA — Senador, primeiro, nosso problema não entra firmas estrangeiras; somente firmas nacionais, e Lóide e firmas nacionais.

Em segundo lugar, se nós temos um mercado que pode atender ao Lóide e às empresas privadas, nós não vemos a necessidade de manter um determinado monopólio, que sempre ocorre em prejuízo do serviço. Queremos que o Lóide seja, realmente, uma grande empresa, e que crie, na sua organização, condições de competição com as empresas privadas.

Então queremos que o Lóide cuide da casa, porque se não cuidar os usuários não lhe entregará carga, entregará para outras empresas. E temos condições, pela organização e pela estrutura do Lóide, de criar uma grande empresa, e desde que haja realmente organização e cuidado não haverá o perigo de perder a carga, porque existe a carga e está asssegurada.

Mas desde que haja carga suficiente para todos, por que manter o monopólio, se podemos criar competição e, inclusive, melhorar o serviço? No caso de uma carga do Governo

existem dois tipos de cargas: uma do Governo e outra vinculada. A carga do Governo é aquela que é propriedade do Governo — se o Governo importa, por exemplo, da Europa um determinado guindaste, obrigatoriamente quem traz a carga é o Lóide; ele sabe que aquilo lhe pertence, porque a lei manda que lhe seja entregue; traz aquilo de qualquer maneira, quebra o guindaste, porque não tem competição.

Parece-me que o regime de competição é essencial, inclusive para que se desenvolva o Lóide, para que jinta que, se não trabalhar direto, será prejudicado, porque tem que trabalhar para obter produtividade. Queremos criar uma mistura de uma grande companhia de navegação, e que não sintam perigo em competir com ninguém, porque temos condições de transformá-lo em uma grande empresa. Parece-nos que essa competição é salutar, e posso assegurar que o problema econômico não existe que, com a política de fretes que desenvolvemos, conseguimos ampliar consideravelmente o mercado, e há cargas para todos.

Agora, o que é preciso é que haja cuidado para que se faça um transporte bem feito e que haja, também, um gabarito para medir a eficiência do Lóide, para ver se está ele trabalhando direito, se está rendendo, se está tendo produtividade, etc.

Acredito que esses problemas poderão ser contornados por meios administrativos. A lei é que nos parece difícil, porque se dermos uma ordem para uma empresa levar uma determinada carga, estaremos contra a lei e não queremos ficar contra a lei.

Acredito que, através de medidas administrativas, o Executivo pode assegurar sempre que necessário, que o Lóide transporte as cargas do Governo.

E é um dos nossos ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Gonçalves) — Com a palavra o Sr. Senador Aurélio Vianna.

O SR. SENADOR AURÉLIO VIANNA — (Inadmissível na gravação) ... de combater o projeto que veio do Executivo. Alguns estão prenhes de radicalizações; outros dentro de um equilíbrio à base de argumentos, até prova em contrário, achando-o válido.

O § 3º do art. 21 foi posto em evidência já no período do Governo Revolucionário. Os argumentos apresentados convencem-nos de que, realmente, o Lóide Brasileiro precisava a prioridade nos transportes de cargas de repartições públicas, autarquias, etc., etc.

Tenho a impressão de que, dai, principiou a restauração do Lóide Brasileiro, com outras medidas correlatas, paralelas.

Então, nós não perguntamos por que, quando o Lóide Brasileiro, hoje, se restabeleve e a confiança se restabelece nessa entidade, vem o Governo desejando a revogação, pura e simples, do § 3º do art. 21, que foi o princípio, levito, da restauração do Lóide Brasileiro?

Estabeleceu-se a confiança justamente aí, e o seu funcionalismo passou a trabalhar com muito mais entusiasmo, porque sentiu que a autarquia estava garantida.

Vossa Excelência, Ministro Mário Andradeza, falou que, realmente, a posição do Governo era nacionalista. Tenho declarado, muitas vezes, que sou nacionalista, não fosse eu destinado a brasileiro.

Mas, eu não entendo um nacionalismo que não defenda, em primeiro lugar, aquilo que pertence ao País. Essas empresas privadas que vão concorrer com o Lóide são nacionais, mas por que não se dá prioridade ao Lóide?

Recebemos cópia de uma emenda em que se pretende assegurar à Cia. Lóide Brasileiro a prioridade de carga de repartições públicas, autarquias,

órgãos de administração descentralizada e de economia mista, podendo, a critério da Comissão de Marinha Mercante, as mesmas serem liberalizadas em favor das empresas nacionais privadas de navegação marítima. Acho esta uma emenda equilibrada, que iria favorecer o pensamento do Governo, dando uma maior garantia de caráter prioritário, à empresa brasileira.

O SR. MINISTRO MARIO ANDRADEZA — Está otima. Mas, Senador, quero dar um esclarecimento.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Sr. Ministro, um minuto só. Sou, assim, como um cacto do Nordeste, tenho mais espinhos que flores, mas desejo dizer o que tenho ditado várias vezes: a administração federal, no campo específico sob sua responsabilidade, vem tendo pontos a nosso ver, muito mais positivos do que negativos. Estou a cavalheir, por exemplo, quanto a pensamento do próprio Executivo noutras medidas, sobre outras atividades, transferir para a administração pública algo que estava realmente subordinado à economia privada. Creio que no mundo em que estamos vivendo não se deve agir nem tanto no mar, nem tanto à terra. Quase que diria, se não fosse um tanto escandaloso, que a própria Igreja, na época atual, admite que certas atividades, que eram privativas da economia particular, hoje devem ser realmente privativas do setor público, pelas transformações que o mundo está passando.

Então, sou muito satisfeito porque estou sentindo que a vinda de V. Exa. a esta Comissão vai incluir apagar certas arestas. Estamos ingressando numa fase muito interessante, que é a desse diálogo que deve haver entre Executivo e Legislativo, para um melhor entendimento de todas as matérias. Muitas vezes vem uma mensagem que precisa ser alterada porque a dinâmica nacional é de tal maneira que queremos resolver um problema, não mais cinqüenta anos em cinco anos, mas em um o qual seria resolvido em cem. De modo que estou muito satisfeito em ouvir V. Exa.

O SR. MINISTRO MARIO ANDRADEZA — O que recuperou o Lloyd não foi propriamente esse problema. O que recuperou o Lloyd foi a política de frete.

Eu tenho dados que, embora não estejam aqui, poderei mandar depois.

Em 1963, ainda na vigência dessa lei, o Lloyd transportava para os Estados Unidos 8% da carga e, no ano passado, com a conferência de fretes em que enfrentamos todas as companhias internacionais, eu posso afirmar que foi uma verdadeira guerra. E que essas companhias internacionais se utilizaram de todos os meios contra nós, desde a infâmia, difamação, calúnia, injúria, numa campanha séria mesmo. Nós enfrentamos essa luta. Outro dizer, no comércio com os Estados Unidos, instâncias em que a metade deveria caber a nós e a outra metade aos Estados Unidos.

Futão, elevamos essa percentagem de 2% no ano passado, a 6%. Quer dizer, isso contribuiu muito para a revalorização do Lloyd.

Acho que essa foi uma medida como o Sr. citou, nacionalista, nativista, em benefício das nossas empresas.

Acredito que esse foi o ponto fundamental que proporcionou essa melhoria ao Lloyd Brasileiro, e estamos impressionados para que o Lloyd continue progredindo cada vez agora. Agora mesmo encontramos mais 8 navios para o Lloyd Brasileiro, 8 navios de 12 mil toneladas.

Futamos ampliando a frota do Lloyd, porque ele, com os meios que tem, com navios de mais de 20 anos de idade. Quando chegam a um posto, muitas vezes temos que levar para lá peças para consertá-las. Estamos já construindo para o Lóide, na Guanabara, dois edifícios. Um vamos vender e, com o dinheiro apurado, o

outro ficará de graça praticamente. Estamos envidando todos os esforços para tornar o Lóide uma grande empresa. E temos certeza de que, com a carga que existe, não há necessidade de prioridade, que fica ao livre arbítrio do Lóide decidir se leva ou não. Parece-me que a decisão deveria caber ao Executivo, mas num escalão mais elevado. Já que estamos assegurando a participação das empresas privadas na navegação de longo curso é interessante que o Lóide controle essa navegação e decida quem levará a carga. Nós sabemos, em dado momento, onde estão todos os navios do Lóide. Então, desejaria que haja carga para ser transportada com certa rapidez e o Lóide tenha possibilidade de levá-la, assim acontecerá. Mas, se não puder, então transfere a carga para outro navio. Quer dizer, não deixar ao livre arbítrio do Lóide esta decisão se leva ou não uma determinada carga.

O SR. SENADOR AURELIO VIANNA — Sr. Ministro, eu não sei se entendi bem quando V. Exa. declarou que, como formulada, esta emenda satisfaria porque, na verdade, quem vai decidir é a Comissão de Marinha Mercante. A questão de prioridade é nata que se evitem — e o Sr. Ministro sabe perfeitamente certas questões que às vezes surgem. Mas o controle é daquela Companhia.

O SR. MINISTRO MARIO ANDRADEZA — Há liberdade de decidir se o Lóide deve levar. O que não deve ficar ao arbitrio do Lóide de decidir por ele, uma vez que ele é parte interessada.

O SENHOR SENADOR AURELIO VIANNA — Exato. Então eu farei uma cópia e passarei a V. Exa. Li o escrito e é exatamente isto. E assim fica comprovado que o interesse não é destruir o Lóide. Pelo contrário, é uma colaboração que estamos dando. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Gonçalves) — Continua facultada a palavra.

Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende.

O SR. SENADOR EURICO REZENDE — Queria dizer que S. Exa. o Sr. Ministro, com os seus assessores, estudará a emenda proposta pelo Senador Aurélio Vianna, que também se inspirara, por coincidência, nas idéias aqui manifestadas pelo Sr. Senador Carvalho Pinto.

O SR. SENADOR CARVALHO PINTO — (Inadmissível — fora do microfone.)

O SR. SENADOR EURICO REZENDE — V. Exa. poderá fornecer seu ponto-de-vista ainda hoje porque o prazo é dia 26 de abril. V. Exa., Senador Carvalho Pinto, poderá propor um texto e o Ministro elucidaria as duas matérias propostas.

O SR. MINISTRO MARIO ANDRADEZA — Conforme as sugestões, a Comissão de Marinha Mercante ficaria em condições, sempre juntamente com o interesse público.

O SR. SENADOR EURICO REZENDE — A regra geral é a prioridade. A Comissão de Marinha Mercante poderia estabelecer a prioridade. Existe controle completo dessa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Gonçalves) — Com a palavra o nobre Peitoral, Senador Carlos Lindemberg.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBORG (Peitoral) — Qual é a instituição da Comissão de Marinha Mercante?

O SR. MINISTRO MARIO ANDRADEZA — Tem um Presidente e quatro Membros, escolhidos entre elementos de alto nível no setor do problema de navegação.

Existe também um representante do Lóide na Comissão de Marinha Mercante e um representante da Administração Commercial. Fica lá o Comendante Mattoz Dias que é o eleito e o mais conhecido da navegação.

Presidente da Comissão de Marinha Mercante e um outro técnico de alto nível, não nomeados pelo Presidente da República.

O SR. SENADOR CARLOS LINDEMBORG — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Gonçalves) — Com a palavra o Senador José Feliciano.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — Sr. Presidente, perfeitamente esclarecido com os elementos que o Sr. Ministro dos Transportes trouxe à Comissão, eu desejava aproveitar esta oportunidade (porque S. Exa. se encontra entre nós) desejava a oportunidade para tratar de um problema não do mar, mas da terra.

Esse problema se refere ao estanguamento no transporte do interior do Brasil, que existe no Triângulo Mineiro.

As mercadorias produzidas no Estado de São Paulo, no centro de Minas e no Rio de Janeiro são transportadas para Goiás, Mato Grosso, Território do Acre, etc., através do canal de São Simão. E então, pela ausência da construção de cinqüenta quilômetros, esse transporte se vê interrompido anualmente, durante sessenta ou noventa dias.

Ei fui testemunha dos quadros de verdadeira calamidade no transporte nacional.

Cerca de uma centena de caminhões, aguardando oportunidade de ser arrastada pelos veículos do D. N. E. R., em vários trechos dessa Rodovia.

Então, minha sugestão é no sentido de que o Ministério dos Transportes dê uma prioridade absoluta à construção de 60 km da ponte de 365 até o Canal.

O SR. MINISTRO MARIO ANDRADEZA — O Canal de São Simão. Já afirmamos que vamos fazer esse estudo, que constitui uma grande aspiração.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Gonçalves) — Agradeço e vejo que V. Exa. está inteiramente em dia com o problema.

O SR. MINISTRO MARIO ANDRADEZA — É uma boa notícia para o Triângulo é que, dentro de dois anos, iniciaremos, na 262, entre Uberaba e Belo Horizonte, sete rédes de asfalto. (Muito bem!) Cada firma receberá 50 km para que possamos asfaltar essa estrada dentro de um ano. Então, já deveremos iniciar, dentro de dois meses, esse asfaltamento. Além disso, ainda iniciaremos a Araguari-Catalão-Cristalina.

Há essa ordem, que já demais, de serviço, limitada ao Canal de São Simão, e, tem isso, também, levando a 26 Zaté Frutal. Acho que o Triângulo Mineiro vai ficar bem servido.

O SR. SENADOR JOSE FELICIANO — Eu me permitiria chamar a atenção de V. Exa., como homem público, para a influência econômica que terá o Vale do Paranaíba, dentro de pouco tempo, nos destinos do Brasil, desde Uribupungá — obra iniciada no Governo do nobre Senador Carvalho Pinto — até Itumbiara. Creio, que dentro de mais dezenas de anos serão instalados cerca de dez milhões de quillonaves, e não existe uma estrada asfaltada nem para começar a usina, de cerca de um milhão, quatrocentos e oitenta milwatts. Essa estrada é muito importante principalmente para o transporte de material para construir a usina. De maneira que quero me congratular com V. Exa. pelas provisões.

O SR. MINISTRO MARIO ANDRADEZA — Tem um Presidente e quatro Membros, escolhidos entre elementos de alto nível no setor do problema de navegação.

Existe também um representante do Lóide na Comissão de Marinha Mercante e um representante da Administração Commercial. Fica lá o Comendante Mattoz Dias que é o eleito e o mais conhecido da navegação.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Gonçalves) — Com a palavra o Sr. Ministro.

Desculpe-me mas cheguei atrasado e estou satisfeito por saber da provisão já adotada.

O SR. PRESIDENTE (Senador Wilson Gonçalves) — Tem a palavra o Sr. Senador Eurico Rezende.

O SR. SENADOR EURICO RE-NDE — Também quero fazer um discurso ao V. Ex^a, Sr. Ministro Mário Andreazza, aproveitando porque a sença de Ministros em Brasília, é muito frequente. Quero ainda, no adiantar o nobre colega aqui de lo, aproveitar a "ensancha opo-ia" para louvar, dentro do seu pa-otismo, dentro do seu espírito de bem público, a necessidade premen- de se atacar a estrada João Neiva-Colatina, no nosso Estado, no Espírito Santo.

O SR. MINISTRO MARIO AN-REAZZA — Temos uma lista de prioridade.

O SR. SENADOR EURICO RE-NDE — Enfim, já que falamos em prioridade, já que Goiás está muito em recorrido, como V. Ex^a demonstrou, é preciso que ataquemos também o Estado do Espírito Santo, quando principalmente a João Neiva-Colatina, que está provocando um ranqueamento e se completada essa ra, daremos grande incentivo à essa economia. De modo que faria um apelo a V. Ex^a e pediria, também, que o seu assessor, de vez em quando, nbrassee a V. Ex^a.

O SR. MINISTRO MARIO AN-REAZZA — Quando o Presidente ve lá assumiu dois compromissos, Espírito Santo: a João Neiva-Colatina e a 262. A 262 está quase res-vida, estamos procurando dar a estas estradas solução específica. Da essa 262, já conseguimos uma solução que assegura o asfaltamento completo, vamos iniciar o asfaltamento entre Uberaba e Belo Horizonte. De Belo Horizonte até Vitoria, n um trecho em Minas, que é Pôr-Novo-Rio Casca, que delegamos ac- tado que vai construir. Já temos asfaltamento assegurado mais ou menos até a fronteira do Espírito Santo.

A implantação da 262 dentro do Es- tito Santo deve estar concluída em vembro deste ano. Agora no dia de abril iremos lá com o Presidente do IBC que está ajudando a finan- ciar essa estrada, dentro do Es- tito Santo. O ano passado deu 5 bilhões; este ano, já deram 9 bilhões meio para essa estrada, que é uma ra de erradicação do café. Nessa visita, no dia 15 ou 16 de abril, veremos também, a João Neiva-Colatina para interessar o ... ERCA nessa área de Minas para mentar as dotações e ver se, até fim do Governo, o Presidente Cos- e Silva cumore o compromisso naão Neiva-Colatina.

Realmente, as dotações orçamentá- s não chegam para tanto. O ano passado conseguimos quase duplicar. E ano, também já conseguimos do D 35 milhões de dólares, já con- quinhas do BIRD 40 milhões de dóla- res. São ai quase 80 milhões de lares, com a contrapartida de 160 milhões de dólares, quase 800 bilhões cruzados antigos.

Evidentemente, quando recebermos os empréstimos, quando eles se recretizarem haverá necessidade de formulação de orçamentos. Nessa si- sião, vai-se dando o reforço a as diferentes estradas porque o pa-mento, realmente não atende. A BR 101 vai marchando para o norte e vamos fazer toda a impa- nção. Ja temos todos os editais.

O SR. SENADOR CARLOS LIN-ENBERG — (Relator) — Agradeço V. Exa e confesso que vou sair daí talvez muito mais brasileiro pelas clarificações de V. Exa, pela maneira com que V. Ex^a analisa todos os obtempos demonstrando seu comple- conhecimento de todos eles, assim dando dar incremento muito maior todos os trabalhos de seu Ministe-

perguntas sobre dotações que estavam previstas no Orçamento.

Naturalmente que com aquelas do- tações não era possível manter aquele programa no Espírito Santo.

O SR. PRESIDENTE — Senador Wilson Gonçalves! — Tem a palavra o nobre Senador Alvaro Catão.

O SR. SENADOR ALVARO CATAO — Sr. Presidente, Sr. Ministro, tam- bém eu não quero perder a oportunida- dade, bastante rara, de dialogar um pouco com o nobre Ministro dos Transportes, quando ele aqui se encontra em contato com os represen- tantes desta Casa do Congresso Na- cional.

Talvez o Sr. Ministro já esteja qua- se que advinhando quais os assuntos que desejo abordar neste instante.

Um dos assuntos que gostaria de abordar é a BR 282, estrada de integração que, juntamente com a BR-101, completa o sistema de BRs no meu Estado de Santa Catarina, e que in- merecido a atenção de V. Ex^a, mas que provogou a nós representantes de Santa Catarina, surpresa pelo fato de que no Orçamento Pluriannual não constasse nenhuma verba para o ano próximo.

Mas V. Exa, já teve oportunidade de explicar que ali não existe — justamente uma das coisas que eu ia per- guntar já foi respondida — quais os recursos externos.

O SR. MINISTRO MARIO AN-REAZZA — Sr. Senador, V. Ex^a sabe que a 282 é outro compromisso que o Presidente da República assu- miu em Santa Catarina. Logo que assumimos, fizemos uma concorrência entre Orleans e Joaçaba, que era o trecho que faltava fazer. Mas como o Governo de Santa Catarina e o povo da região solicitavam a permanência do Batalhão do Exército naquela área, então nós tivemos de sus- pendê a concorrência — porque se- ria entregue para uma firma empreiteira particular — e entramos em negociação com o Ministério do Exército para ver a disposição daquele Minis- tério colocar essa unidade de Enge- nharia nesse Estado. Essa decisão de- morou um pouco, e finalmente, já as- sinamos o convênio, já foi assinado um convênio e já mandei, inclusive uma carta a V. Exa, com esse con- vênio e com a correspondência do Mi- nistério dos Transportes ao Minis- tério do Exército. V. Exa já deve re- ceber, hoje ou amanhã. E mostrando que essa estrada seria delegada ao Exército, mas que lembrávamos ao Mi- nistério do Exército o compromisso do Presidente da República, de fazer a ligação Lagos-São Miguel d'Oeste, e que esse compromisso era de grande interesse do Presidente, etc. etc.

E empregamos as dotações que se- rião destinadas à 282, dotações essas que foram apresentadas, com es- emendas, pelo Deputado Paulo Maca- rini. Com o andamento das obras pro- curaríamos recursos adicionais para implementar essa estrada até São Miguel d'Oeste. E pretendíamos abrir uma nova frente em São Miguel d'Oeste, na direção de Lages, a fim de que se pudesse implantar essa es- trada ainda neste Governo.

O SR. SENADOR ALVARO CATAO — Agradeço muito, Sr. Ministro, por esses esclarecimentos, inclusive a faciliza- de me ter enviado por e-mail... O SR. MINISTRO MARIO AN-REAZZA — É o convênio e a cor- respondência para o Ministério da Guerra.

O SR. SENADOR ALVARO CATAO — Também tenho convicção plena de que o reinício da obra — é reinício porque foi paralisada em 1962, em 1963 — em plano prioritário vai trazer uma dinâmica que possibilitará a obtenção de novos recursos, tal a importância, o tráfego que vai surgir com essa pro- vidência.

Mas, Sr. Ministro, para aproveitar a oportunidade, gostaria ainda de so- licitar alguns esclarecimentos, uma vez que os navios nos portos.

que estou sentindo o esforço enorme que V. Exa realizando neste se- tor altamente prioritário de transpor- te marítimo, que evidentemente, deve ser conjugado com transporte rodoviário e ferroviário para se completar, ainda mais agora com os conteínas, que são essas unidades de carga que permitem baixar muito o custo da transporta. Mas um dos pontos básicos para baixar o custo de transpor- te marítimo, evidentemente, é o proble- ma de acesso aos portos. Queria que V. Exa, me desse alguma pequena no- ticia sobre o problema da dragagem dos portos que, sei, é objeto de suas preocupações, inclusive de vários pro- visões de parte de V. Exa.

O SR. MINISTRO MARIO AN-REAZZA — O problema de draga- gem dos portos é, realmente, o nosso ponto crítico.

Não temos dragas, particularmente de alto mar, como também para o in- terior, ou seja, para dragagem de por- tos fluviais ou lacustres.

Como é sabido, a encomenda dessas dragas sempre sofre um processo tem- morado, mas já recomendamos três dragas de alto mar, de maneira que temos em serviço, permanentemente, essa aparelhagem, em todos os portos.

O nosso problema é esse: temos, por exemplo, uma draga fazendo um ser- viço no Porto de Paranaguá, e, de um momento para outro, torna-se nec- essário o serviço de dragagem no Porto de Mucuripe — o deslocamento dessa draga, do Sul para o Norte, envolve problemas seríssimos.

Assim sendo já temos autorização para importação dessas dragas, inclu- sive uma já está pronta. Essa ori- entação permitirá um serviço permanente de dragagem dos portos, bem como para a navegação fluvial, e, para esse tipo de navegação, as dragas terão que ser transportadas em caminhões.

Estamos inteiramente atentos ao problema porque, inclusive, o Porto de Belém está necessitando de dragagem porque os navios de 12.000 toneladas já estão roçando no fundo do mar e em outros portos, como Natal, por exemplo, já não está mais sendo pos- sível praticamente, a entrada de na- vies.

O SR. SENADOR ALVARO CATAO — Todo esse esforço no sentido de reaparelhamento dos portos bem com- o modernização da frota mercantil, ficaria frustrado caso não houvesse a complementação que se traduz na permanente dragagem dos portos.

O SR. MINISTRO MARIO AN-REAZZA — Particularmente com o reaparelhamento dos portos que e-

stamos fazendo, estaremos contornan- do, realmente, esse ponto de estran- gulamento do desenvolvimento na- cional.

Deve-se ressaltar o fato de que a carga geral — caixas, sacas, etc., esta- cando. Ninguém manda mais cargo geral por navio. O que se quer, ago- ra, é o transporte a granel. Então, es- tamos desenvolvendo esforços no sen- tido de ficarmos bem aparelhados para o transporte de carga a granel.

Estamos fazendo os terminais sal- vores de Areia Branca, Macau; es- temos fazendo os terminais de açúcar, em Recife e Maceió; estamos fa- zendo os terminais para o transpor- te de cacau, em Ilhéus, aliás, já o começamos; eufim, estamos fazendo terminais recebedores de sal em to- dos os portos como os de Paranaguá, Rio Grande, Santos, Rio de Janeiro.

O SR. SENADOR ALVARO CATAO — E no Sul, o de Itabuna.

O SR. MINISTRO MARIO AN-REAZZA — Estamos construindo si- os, em todos esses portos, para o transpor- te de milho, arroz, enfim de cereais. Agora, em São Paulo, es- temos construindo, em Conceiçãozinha, um, com ramal ferroviário.

Nosso objetivo é incrementar muito esse setor e diminuir a permanência dos navios nos portos. Duplicaremos a medida só poderá ser adotada após

Estamos acompanhando, com inter- esse, o andamento das obras. Quando estiverem prontas, teremos esse serviço de dragagem bem organizado, com um entendimento permanente a todos esses portos.

O SR. SENADOR ALVARO CATAO — Sr. Presidente, agradeço os esca- recimentos, muito oportunos, que acaba de prestar à nossa Comissão o Sr. Ministro Mário Andreazza.

O SR. PRESIDENTE (Senador Willson Gonçalves) — Tem a palavra o Sr. Senador Manoel Villaça.

O SR. SENADOR MANOEL VIL- LACA — Queremos congratular-nos com V. Exa., Sr. Ministro Mário Andreazza, por ter demonstrado a es- ta Comissão estar inteiramente a par de todos os problemas da sua Fasta, com sua memória extraordi- nária, porque, realmente, é impres- sionante como os pormenores são lembrados por V. Exa.

Mas, eu gostaria de perguntar a V. Exa, a respeito de notícia que li em jornais, há algum tempo, acerca de um estudo sobre pedágio. Não concebo como um país pobre como o nosso, com uma população mais ru- ral que urbana, que tem um veículo para 60 ou 70 habitantes, quando na América do Norte há um veículo para 3 habitantes, e lá se cobra pedágio sobre túneis, pontes etc. e aqui não se paga nada. Lá cobram pedágio ate para se embarcar de avião. Aqui não. Sómente para ir de Washington a Nova Iorque paga-se seis dólares de pedágio para pontes, estradas recem- construídas, túneis, trevos etc. No Brasil não se paga pedágio e o Go- verno é obrigado, com seus próprios recursos, a financiar a construção e manutenção de estradas. Pergunto a V. Exa, se o Ministério está estu- dando o assunto.

O SR. MINISTRO MARIO AN-REAZZA — Particularmente com o reaparelhamento dos portos que e- stamos fazendo, estaremos contornan- do, realmente, esse ponto de estran- gulamento do desenvolvimento na- cional.

Deve-se ressaltar o fato de que a carga geral — caixas, sacas, etc., esta- cando. Ninguém manda mais cargo geral por navio. O que se quer, ago- ra, é o transporte a granel. Então, es- tamos desenvolvendo esforços no sen- tido de ficarmos bem aparelhados para o transporte de carga a granel.

Estamos fazendo os terminais sal- vores de Areia Branca, Macau; es- temos fazendo os terminais de açúcar, em Recife e Maceió; estamos fa- zendo os terminais para o transpor- te de cacau, em Ilhéus, aliás, já o começamos; eufim, estamos fazendo terminais recebedores de sal em to- dos os portos como os de Paranaguá, Rio Grande, Santos, Rio de Janeiro.

O SR. SENADOR ALVARO CATAO — E no Sul, o de Itabuna.

O SR. MINISTRO MARIO AN-REAZZA — Estamos construindo si- os, em todos esses portos, para o transpor- te de milho, arroz, enfim de cereais. Agora, em São Paulo, es- temos construindo, em Conceiçãozinha, um, com ramal ferroviário.

Nosso objetivo é incrementar muito esse setor e diminuir a permanência

i da Câmara nº 20, de 1958, que altera o § 2º do art. 26 da Lei número 239, de 27 de junho de 1953, que aprova o Plano Diretor do Desenvolvimento do Nordeste para os anos de 1963, 1964 e 1966 e dá outras provisões.

Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião, lavrando eu, Afrânio Alcântara Melo Júnior, a presente ta que uma vez lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente.

COMISSÃO DE REDAÇÃO

ATA DA 1ª REUNIÃO REALIZADA AOS 5 DIAS DO MES DE MARÇO DO ANO DE 1963 (*)

INSTALAÇÃO

As dezessete horas do dia cinco do mês de março do ano de mil novecentos e de 1963.

(*) Ata que se republica por ter sido com incorreções no Diário do Congresso Nacional (Seção II) (Suplemento), de sexta-feira, 8 de março de 1963.

Ios e sessenta e oito, na Sala da Comissão, reúne-se a Comissão de Redação, para, dando cumprimento ao disposto no artigo 81 do Regimento Interno, instalar os seu trabalhos e eleger, em escrutínio secreto, o Presidente e o Vice-Presidente da Comissão.

Integram a Comissão de Redação os seguintes Senhores Senadores, conforme indicação dos respectivos partidos:

Como titulares:

Senador José Feliciano — ARENA.

Senador Leandro Maciel — ARENA.

Senador Antônio Carlos — ARENA.

Senador Nogueira da Gama — MDB.

Senador Lobão da Silveira — ARENA.

Como Suplentes:

Senador Mário da Si — ARENA.

Senador Milton Müller — ARENA.

Senador Duarte Filho — ARENA.

Senador Clodomir Millet — ARENA.

Senador Edmundo Levi — IJDE.

Acham-se presentes os Senhores

Senadores José Feliciano, Leandro

Maciel, Nogueira da Gama, Duarte

Filho e Clodomir Millet.

Assume a Presidência dos trabalhos o Sr. Senador Nogueira da Gama na forma do § 3º do art. 81 do Regimento Interno.

Distribuídas as sobrecartas entre os presentes, dá-se início à votação e a apuração dos votos, verificando-se o seguinte resultado:

Para Presidência:

Senador José Feliciano — 4 votos.

Senador Nogueira da Gama — 1 voto.

Para Vice-Presidente:

Senador Leandro Maciel — 4 votos.

Senador Antônio Carlos — 1 voto.

Consultado os interesses dos membros presentes, deliberou-se que as reuniões ordinárias da Comissão se realizarão às quintas-feiras à tarde.

O Sr. Presidente designa a funcionária Beatriz Brandão Guerra, Auxiliar Legislativo PL-10, para funcionar como Secretaria da Comissão.

Nada mais havendo que tratar, dá-se por encerrada a reunião lavrando eu, Beatriz Brandão Guerra, a presente ata que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente. —

José Feliciano, Presidente. — Leandro Maciel, Vice-Presidente. — Clodomir Millet. — Duarte Filho. — Nogueira da Gama.

M E S A

Presidente — Gilberto Marinho (ARENA — GB)
 1º Vice-Presidente — Pedro Ludovico (MDB — GO)
 2º Vice-Presidente — Rui Palmeira (ARENA — AL)
 1º Secretário — Dinarte Mariz (ARENA — RN)
 2º Secretário — Vicentino Freire (ARENA — MA)
 3º Secretário — Aaron Steinbruch (MDB — RJ)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro (ARENA — PA)
 1º Suplente — Guido Mondim (ARENA — RS)
 2º Suplente — Vasconcelos Torres (ARENA — RJ)
 3º Suplente — Lino de Mattos (MDB — SP)
 4º Suplente — Raul Giuberti (ARENA — ES)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger (ARENA — RS)

DA ARENA

Líder — Filinto Müller (MTD)
 Vice-Líderes

Wilson Gonçalves (CE),
 Petrônio Portela (PI),
 Manoel Vilaça (RN),
 Antônio Carlos SC

DO MDB

Líder — Aurelio Vianna (GB)
 Vice-Líderes

Arthur Virgilio (AM)
 Adalberto Sena (ACRE)

COMISSÃO DE AJUSTES INTERNACIONAIS E DE LEGISLAÇÃO SOBRE ENERGIA ATÔMICA

(7 Membros)
 COMPOSIÇÃO

Presidente: Nogueira da Gama
 Vice-Presidente: Teotônio Vilela

ARENA

SUPLENTES

TITULARES
 Arnon de Mello
 Domicio Gondim
 Paulo Tôrres
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Nogueira da Gama
 Josaphat Marinho

José Leite
 José Guiomard
 Adolpho Franco
 Leandro Maciel
 Aloysio de Carvalho

MDB
 Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.

Reuniões: Quartas-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: João Cleofas

ARENA

SUPLENTES

TITULARES
 José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleofas
 Teotônio Vilela
 Milton Trindade

Atílio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedicto Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

Argemiro de Figueiredo
 Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.
 Reuniões: Terças-feiras, à tarde.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DE ASSUNTOS DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO — ALALC.

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga
 Vice-Presidente: Aurélio Vianna

ARENA

SUPLENTES

TITULARES
 Ney Braga
 Antônio Carlos
 Melo Braga
 Arnon de Mello
 Atílio Fontana

José Leite
 Eurico Rezende
 Benedicto Valladares
 Carvalho Pinto
 Filinto Müller

MDB
 Pessoa de Queiroz
 Edmundo Levi

Aurélio Vianna
 Mário Martins
 Hugo Rodrigues Figueiredo — Ramal 244.
 Reuniões: Quinta-feiras, às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

13 Membros

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Aloysio de Carvalho

ARENA

TITULARES

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrônio Portela
 Carlos Lindenberg
 Paulo Sarasate
 Clodomir Milet

SUPLENTES

Álvaro Maia
 Lobão da Silveira
 Benedicto Valladares
 Arnon de Mello
 Júlio Leite
 Menezes Pimentel
 Adolfo Franco
 Filinto Müller
 Daniel Krueger

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho
 Edmundo Levi

Arthur Virgilio
 Argemiro de Figueiredo
 Nogueira da Gama
 Aurélio Vianna

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Ramal 247.
 Reuniões: Terças-feiras às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Finanças.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

TITULARES

José Feliciano
 Eurico Rezende
 Petrônio Portela
 Atílio Fontana
 Júlio Leite
 Clodomir Milet
 Manoel Vilaça
 Wilson Gonçalves

SUPLENTES

Benedicto Valladares
 Melo Braga
 Teotônio Vilela
 José Leite
 Mem de Sá
 Filinto Müller
 Fernando Corrêa
 Adolfo Franco

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Adalberto Senna

Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Sebastião Archer

Secretário: Afrânio Cavalcante Meio Júnior — Ramal 248.
 Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE ECONOMIA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto
 Vice-Presidente: Edmundo Levi

ARENA

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel
 Atílio Fontana
 Ney Braga

SUPLENTES

José Leite
 João Cleofas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Tôrres
 Adolpho Franco
 Antônio Carlos

MDB

Bezerra Neto
 Edmundo Levi
 Sebastião Archer

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras às 9:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel
 Vice-Presidente: Mem de Sá

ARENA

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sá
 Álvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedicto Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrônio Portela

MDB

Adalberto Sena
 Pessoa de Queiroz
 Edmundo Levi

Ruy Carneiro
 Edmundo Levi

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa — Ramal 247.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10:00 horas.
 Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE RELAÇÃO EXTERIORES

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Benedicto Valladares
 Vice-Presidente: Pessoa de Queiroz

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Benedicto Valladares	Wilson Gorçalves
Filinto Müller	José Guiomard
Aloysio de Carvalho	Carlos Lindenberg
Antônio Carlos	Adolpho Franco
Mem de Sa	Petrônio Portela
Ney Braga	José Leite
Milton Campos	Teotônio Villela
Mou a Andrade	Melito Braga
Fernando Leite	José Feliciano
Arnon de Melo	Clodomir Millet
José Cândido	Menezes Pimentel
Pessoa de Queiroz	MDB
Mário Martins	Bezerra Neto
Aurélia Vianna	João Abrahão
Oscar Passos	Josaphat Marinho
	Antônio Baibino

Secretário: J. B. Castejon Branco.

Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.

COMISSÃO DE SAÚDE

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Sigefredo Pacheco
 Vice-Presidente: Manoel Villaça

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Sigefredo Pacheco	Júlio Leite
Duarte Filho	Milton Trindade
Fernando Corrêa	Ney Braga
Manoel Villaça	José Cândido
Clodomir Millet	Lobão da Silveira
Adalberto Senna	MDB
Sebastião Archer	Nogueira da Gama

Secretário: Marcus Vinícius Goulart Gonzaga — Ramal 241.

Reuniões: Terças-feiras às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Paulo Tôrres
 Vice-Presidente: Oscar Passos

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Paulo Tôrres	Filinto Müller
José Guiomard	Atílio Fontana
Lobão da Silveira	Domicio Gondim
Ney Braga	Manoel Villaça
José Cândido	Mário Braga
Oscar Passos	MDB
Mário Martins	José Gómez de Figueiredo

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Eurico Rezende
 Vice-Presidente: Arnon de Melo

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
Eurico Rezende	José Feliciano
Carlos Lindenberg	Menezes Pimentel
Arnon de Melo	Celso Ramos
Paulo Tôrres	Petrônio Portela
José Guiomard	Landro Maciel
	MDB

Ruy Carneiro
 João Abrahão

Adalberto Senna
 Pessoa de Queiroz

Secretário: J. Ney Passos Dantas — Ramal 244.

Reuniões: Terças-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Economia.

COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Leite

Vice-Presidente: Sebastião Archer

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Leite	Paulo Tôrres
Celso Ramos	Atílio Fontana
Arnon de Melo	Eurico Rezende
Domicio Gondim	José Guiomard
João Cleofas	Carlos Lindenberg
	MDB

Sebastião Archer
 Pessoa de Queiroz

Mário Martins
 Ruy Carneiro

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 9:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Segurança Nacional.

COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Guiomard

Vice-Presidente: Clodomir Millet

ARENA

TITULARES	SUPLENTES
José Guiomard	Lobão da Silveira
Fernando Corrêa	José Feliciano
Clodomir Millet	Filinto Müller
Alvaro Maia	Sigefredo Pacheco
Milton Trindade	Mancel Villaça
	MDB

Edmundo Levi
 Oscar Passos

Adalberto Senna
 Virgílio

Secretário: Mário Nelson Duarte — Ramal 241.

Reuniões: Quartas-feiras, às 15:00 horas.

Local: Sala de Reuniões da Comissão de Relações Exteriores.